



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA**

HENDY KAWATA

**PROJETO BÁSICO DE REORDENAMENTO DAS BARRACAS EXTERNAS DA
UFPE: a integração social de comerciantes informais**

RECIFE

2022

HENDY KAWATA

**PROJETO BÁSICO DE REORDENAMENTO DAS BARRACAS EXTERNAS DA
UFPE: a integração social de comerciantes informais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Kawata, Hendy.

Projeto básico de reordenamento das barracas externas da UFPE: a
integração social de comerciantes informais / Hendy Kawata. - Recife, 2022.
58 : il., tab.

Orientador(a): Eliane Fonte

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais -
Licenciatura, 2022.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Políticas Públicas. 2. Comércio informal. 3. Integração social. 4. Exclusão
social. I. Fonte, Eliane. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

HENDY KAWATA

**PROJETO BÁSICO DE REORDENAMENTO DAS BARRACAS EXTERNAS DA
UFPE: a integração social de comerciantes informais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado em: XX/XX/20XX

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Francisco Sá Barreto dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Cibele Maria Lima Rodrigues (Examinadora Externa)
Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos,

A prof.^a Eliane Maria Monteiro da Fonte, orientadora assídua que discutiu sobre a temática dessa pesquisa, ainda durante a disciplina de Políticas Públicas, e tornou viável a escrita desta monografia.

Aqueles diretamente envolvidos neste trabalho, Robson Luiz Galdino de Souza Aguiar, pela confiança e inúmeras trocas, conversas que certamente foram o ponto de partida desse processo, e deram o tom e a direção desta escrita. Antônio Celestino da Silva Neto pelas contribuições analíticas e sugestões que poderiam (podem?), inclusive, dar uma nova pesquisa.

Ao apoio/suporte familiar material, emocional e psicológico que possibilitou regressar aos estudos de nível superior e ter estabilidade para concluir essa graduação: Tokie Miyamoto, mãe, Masakazu Kawata, pai, e Beatriz Maria V. Pinon.

Aos amigos/amigas que deixaram esse processo mais suportável nos momentos mais difíceis, principalmente nesses últimos dois anos, a minha lembrança e o meu afeto a: Nzinga Cavalcante de Lima Dias, Luíza Cavalcante Santos Dias, Agatha Vitória Cavalcante Soares, Marcos Vicente de Araújo Junior, João Gabriel de Souza Campos, Daniere Sousa Ferreira, Veronica Cristine Cordeiro de Melo, Fernando Ilário Gomes da Silva, Margaret Harrison De Santis, Bruno Brandão Campos, Sílvio Ribeiro (Ômega), Geneseli Dias de Oliveira Albuquerque (Lili), Maria da Conceição Pereira e Silva, Bruno Luiz Paguetti Roque.

As organizações que contribuíram, generosamente, direta e indiretamente para que este trabalho fosse realizado: ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS BARRAQUEIROS DA UFPE, e SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO COMÉRCIO INFORMAL DO RECIFE.

Aos comerciantes informais e familiares desses que me inspiraram e sem os/as quais este trabalho de pesquisa nem existiria: Elza Araújo do Nascimento Tenório, Gislany Gonçalves, Ivonaldo Marcos (Belloto), Jarbas Alves Pinto, José Adenildo (Dida), José Marques, José Marconi da Silva, Martelena Margarida da Silva, Victor Wagner Bezerra Pessoa.

Aos colegas de curso que dividiram espaço nas salas de aula e nas atividades do movimento estudantil, no DACS-UFPE (autogestão e gestão primavera): Ana Beatriz Nascimento de Santana, Andrey Vitor Maximo de Oliveira dos Santos, Denílson Aluizio da Silva, Denílson Moraes Vieira da Cunha, João Ricardo C. Silva, Laura Caldas Miguel, Marília

Renata Felix Rodrigues, Derick Raphael da Silva Coelho, Rayza Almeida Da Hora Silva,, Marco Tulio do Carmo, Joao Victor Oliveira, Eduardo Maia (Dudu).

Aos colegas do GEPMARX - UFPE que me demonstraram na prática que é possível unir estudo, pesquisa e militância, sem perder o rigor acadêmico ou o comprometimento na luta: Daniel Alves Rodrigues, Marília Lima da Silva, Jetson Lourenço L. da Silva e Roberta Salazar Uchôa.

Aos docentes que fizeram diferença na minha formação acadêmica e/ou política: Eliane Veras Soares, Janayna Silva Cavalcante de Lima, Lady Selma Ferreira Albernaz, Soraia de Carvalho, José Gilberto da Silva, Atenágoras Duarte.

Aos espaços e pessoas que oportunizaram meu aprendizado a docência e a educação/ação comunitária: Vestibular Cidadão (FDR), Saulo Araújo, e GRIS Espaço Solidário Maria de Lourdes, Joice Poliana da Paixão Sales.

Aos camaradas que são aqui lembrados pelo seu comprometimento, integridade e inspiração para persistir na luta: Anny Mikaelly Gomes de Souza, Mariana Damasceno Coutinho, Raoni Paiva Rafailov, Daniela Maria Ferreira, Joelma Maria da Costa, Vitória Genuino, Luciana Araújo Cavalcanti, Gabriel Gonçalves de Frias, Otho Paiva, Vinicius Flávio, Vitor Araripe.

Fé na luta, venceremos juntos e juntas!

EPÍGRAFE

Poder. Relação do Norte com o Sul. Diz-se também da atividade desenvolvida no Sul por pessoas do Sul que vivem, gastam e pensam como se fossem do Norte.

(Eduardo Galeano)

Nós ensinamos a vida, senhor.

(Rafeef Ziadah)

RESUMO

O projeto de reordenamento de barracas externas do entorno do Campus Recife da UFPE trata-se de uma política pública de requalificação urbana e ordenamento de espaço público onde já estão estabelecidos comerciantes informais. A presunção é de que essa política poderia garantir alguma forma de inclusão social e maior dignidade a quem trabalha neste local. Tanto a permanência desses comerciantes no entorno da universidade, quanto a recepção da demanda através da mobilização e organização política via Associação dos Barraqueiros da UFPE são analisados neste trabalho enquanto um reflexo da correlação de forças das partes envolvidas. As respostas dadas pelo poder público também refletem a forma controversa como essa categoria de trabalhadores é encarada socialmente sob o olhar da integração social, exclusão e ilegalidade.

Palavras-chave: Políticas públicas; comércio informal; integração social; exclusão social.

ABSTRACT

The project to reorganize UFPE's external tents is a requalification urban policy and public sidewalk planning where informal traders are already established. The assumption of this policy is that this policy could guarantee some form of social inclusion and greater dignity to informal workers. Both the permanence of these traders in the surroundings of the university and the reception of their demand through mobilization and political organization through the Association are analyzed in this research as a reflection of the correlation of forces of the parties involved. This government response and reaction indicates the controversial way in which this category of workers is socially viewed from the perspective of social integration, exclusion and illegality.

Keywords: Public policies; informal traders; social integration; social exclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS

CSURB	Autarquia de Serviços Urbanos do Recife
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
HC	Hospital das Clínicas da UFPE
PBRBE	projeto básico de reordenamento de barracas externas da UFPE
RU	Restaurante Universitário
SINFRA	Superintendência de Infraestrutura da UFPE
SINTRACI	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 -Visão dos boxes do nicho do Hospital das Clínicas da UFPE	25
Ilustração 2 - Visão dos banheiros do nicho do Hospital das Clínicas da UFPE	26
Ilustração 3 - Local onde a passarela será construída na BR 101	26
Ilustração 4 - Escada/rampa inacabada da passarela da BR 101	27
Ilustração 5 – Nicho 1 (localizado próximo ao Hospital das Clínicas).....	31
Ilustração 6 - Instalação de comércios localizados próximos ao CFCH	33
Ilustração 7 - Borracharia próxima ao CFCH	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos comerciantes da área externa da UFPE entrevistados	17
Quadro 2 - Matriz ambiguidade-conflito	18

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Objetivos do estudo e metodologia	16
1.2. Estruturação dos capítulos	18
2. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE REORDENAMENTO DE BARRACAS EXTERNAS	20
2.1. O Projeto é uma resposta a qual questão social?	20
2.2. Movimento social e incorporação da pauta na agenda pública	22
2.3. Concepção e formulação da política	23
3. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO: ESTRATÉGIAS, AÇÕES ADOTADAS E RESULTADOS	25
4. A RECEPÇÃO DO PROJETO PELO PÚBLICO ALVO	30
4.1 Apontamentos da Associação	30
4.2 Integração social restrita	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	44
APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	46
ANEXO A - PLANTA DE LOCAÇÃO	47
ANEXO B – TERMO DE CESSÃO NÃO ONEROSA DE USO DE IMÓVEL ENTRE A UFPE E O MUNICÍPIO DO RECIFE	52
ANEXO C - CARTAS DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS BARRAQUEIROS DA UFPE	55

INTRODUÇÃO

O Projeto Básico de Reordenamento das Barracas Externas (PBRBE) do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco¹, objeto de estudo da presente monografia, se constituiu como resultado de interesses das gestões da prefeitura do Recife (PCR) junto a Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em resposta a uma demanda da Associação União de Barraqueiros da UFPE, que também terá impacto sobre outras categorias de trabalhadores informais, para além dos/das comerciantes informais público alvo da política pública.

O ciclo da política pública, segundo Souza (2006, p. 29), “é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.”

O presente trabalho irá se debruçar sobre a análise de uma política pública que ainda não foi concluída, que está em fase de implementação, portanto, não poderá se fazer uma avaliação da política pública em todo o seu processo, que envolveria a análise de seus efeitos e impactos para o público alvo e a para a comunidade que utiliza os serviços. Uma das dificuldades encontradas na realização deste trabalho foi a falta de acesso às fontes primárias relativas à formulação e execução desse projeto pelo poder municipal. Diante dessa limitação se priorizou analisar a implementação da política, por meio de fontes acessíveis, a partir da forma como ela é percebida pelo público alvo, comerciantes informais, e o papel da universidade, nas decisões burocráticas relativas à política elaborada, para lidar com o comércio informal da universidade.

A pesquisa que será aqui apresentada teve como proposta realizar a análise de uma política pública urbana concebida enquanto resposta aos trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal do entorno do Campus Recife da UFPE. O projeto foi viabilizado pelas gestões dos governos municipais do Recife em uma área pública cedida pela universidade, por meio da construção de quiosques padronizados para onde as pessoas que atualmente trabalham com infraestrutura autoconstruída improvisada para comercialização de alimentos, de livros e serviço de impressão, poderão ser realocadas. Dessa forma, se espera que esses locais sejam

¹ A UFPE conta atualmente com quatro Campi: o **Campus Recife**, localizado no bairro da Cidade Universitária em Recife; o **Centro Acadêmico de Vitória**, que fica na cidade de Vitória de Santo Antão; o **Centro Acadêmico do Agreste**, que funciona no município de Caruaru; e o **Campus Centro de Tecnologias Criativas**, que se localiza no Derby, Recife (Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional>. Acesso em 13 de novembro de 2022).

ordenados e requalificados pela prefeitura, de tal maneira que venham beneficiar essas pessoas com melhores condições de trabalho e garantir a permanência delas nesses locais, aqui contextualizado como uma forma de integração ou inclusão de um grupo marginalizado socialmente, que são os/as comerciantes que atuam no mercado informal.

A categoria de comerciantes informais passa a ter a atual organicidade política enquanto movimento social, a princípio, (em certa medida) autônomo com pautas reivindicatórias próprias após uma tentativa de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras e de retirada dos equipamentos para o trabalho localizadas próximo ao Hospital das Clínicas da UFPE em 2011, ação realizada pela polícia rodoviária federal.

Após algumas reuniões e vários embates entre gestão da prefeitura e reitoria da UFPE, de um lado, e do outro, a União de Barraqueiros da UFPE, o PBRBE foi apresentado em 2018 como resposta a uma demanda da categoria, que pudesse garantir o local de trabalho aliado a alguma infraestrutura, onde a prefeitura estabeleceu um padrão de quiosque e definiu os nichos/locais do projeto onde serão implementados os equipamentos.

A reivindicação do local de trabalho já ocupado pelo comércio informal por intermédio da União dos Barraqueiros da UFPE abriria assim com o PRBE uma possibilidade de maior estabilidade dos trabalhadores informais do comércio e possivelmente desdobramentos políticos onde essa experiência pudesse ser replicada, onde o poder municipal ainda não trouxe nenhuma solução para a continuidade da permanência desse grupo social na cidade.

Analisando o mundo do trabalho temos algumas pistas em relação às condições contemporâneas da informalidade laboral. Em “Adeus ao Trabalho”, Ricardo Antunes (2008) já apontava a precarização do trabalho do subproletariado moderno, fabril e de serviços, diferente dos proletários que não possuem os mesmos benefícios trabalhistas do típico proletário e tem a sua mão de obra flexibilizada com horas de serviço intermitentes. Uma das tendências da classe trabalhadora observada por Antunes foi a redução de empregos estáveis e aumento dos trabalhos temporários, aqui incluo o aumento do trabalho por conta própria daqueles que ao não encontrarem lugar dentro de um novo modelo de produção industrial e de prestação de serviços flexibilizada procuram outras alternativas de subsistência frente ao desemprego estrutural.

Em se tratando de uma política pública que tem como cerne a permanência no local, via projeto de requalificação urbana, que está cingido pelo conflito de interesses municipais e federal sobre um determinado grupo social, as/os barraqueiros informais, que já tiveram sua permanência questionada e coagida de maneira controversa. Em 2016, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal do Recife denunciou que os comerciantes estavam sendo

abordados com armas e violência por policiais civis e militares², fazendo o serviço de fiscalização de competência da prefeitura, à época o secretário João Braga da pasta de Mobilidade e Controle Urbano foi convocado para dar esclarecimentos à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) sobre essas supostas práticas milicianas. Assim como outros grupos sociais que são criminalizados pelo Estado são alvo de práticas repressivas altamente questionáveis são também o grupo de comerciantes informais em Recife.

Na mesma época da denúncia do sindicato a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife (SEMOC) da Prefeitura do Recife comunicou em nota³ haver um processo de ordenamento do comércio informal desde 2013, por intermédio de um cadastramento, que teria o objetivo de resgatar a mobilidade dos pedestres e também que “A Prefeitura reconhece a importância e a relevância do trabalho informal para a cidade, mas também entende que esse trabalho precisa ser disciplinado visando o bem da população como um todo”.

Há indícios que comerciantes informais do Recife estão sob o conflito direto dos interesses fundiários no tecido urbano e de que há necessidade de políticas redistributivas (LOWI, 1972) que garantam acesso e permanência nos locais que trabalham, além da criação de leis que regulamentem a ocupação do solo pelo comércio informal com a participação de organizações civis que sejam compostas e legitimadas por trabalhadores informais.

No Recife, a relativa legitimidade social desse grupo se deu no decorrer dos anos, por meio da construção de associações em vários locais do município, de organização sindical própria, tais como o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (SINTRACI) e o Sindicato dos Comerciantes Informais de Pernambuco (SINDICIPE), participações e intervenções políticas sobre direito à cidade, direito ao trabalho e afins, acrescido a isso aos mandatos parlamentares permeáveis as pautas dos comerciantes informais, a exemplo das co-deputadas estaduais Juntas, sendo uma das que compõem o mandato é Jô Cavalcante, uma comerciante informal e militante do SINTRACI, além do vereador Ivan Moraes, e da ex-vereadora Dani Portela, todas do Partido Socialismo e Liberdade de Pernambuco (PSOL-PE).

No entanto, a legitimidade social não ocorreu de forma integral ou plena, a exemplo das dificuldades que a categoria ainda encontra para conseguir dialogar com o Estado, assim como,

² “Alepe convoca João Braga para explicar se milícia fiscaliza comércio informal do Recife”, Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/03/30/alepe-convoca-joao-braga-para-explicar-se-milicia-fiscaliza-comercio-informal-do-recife-228829.php>. Acesso em: 10 novembro, 2022.

³ Idem.

para que sejam inseridas na agenda pública e viabilizadas políticas públicas voltadas para as especificidades da realidade e necessidades dos comerciantes informais no âmbito do município. Dessa forma, uma das premissas deste trabalho se atém a uma forma de marginalidade estrutural (RIBEIRO, 1978) enquanto um problema característico de países latino-americanos, onde estão subsumidas outras formas de sobrevivência e geração de renda, e não aquelas tradicionalmente desenvolvidas nos países capitalistas centrais, onde, até dado momento histórico que precede atual forma de capitalismo financeiro global, o trabalho assalariado já constituiu a realidade para a maior parte de sua população economicamente ativa. Este trabalho não se propõe a uma análise de novas formas de relações de trabalho do capitalismo, ainda que esses temas se entrecruzem, mas, a analisar os desdobramentos de uma política pública que incide sobre parcela da população marginalizada e está relacionada à construção social de um espaço urbano.

1.1. Objetivos do estudo e metodologia

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o Projeto Básico de Reordenamento das Barracas Externas da UFPE, sob o ponto de vista institucional dos poderes públicos responsáveis, assim como, uma análise acerca dos grupos sociais alvo do projeto, que são os comerciantes informais organizados politicamente com a Associação de Barraqueiros da UFPE, e demais grupos que serão impactados no decorrer da execução deste projeto até o momento que ele for entregue ao seu público alvo.

O objetivo geral do estudo foi analisar o processo de construção e implementação do Projeto Básico de Reordenamento das Barracas Externas da UFPE, priorizando a percepção e a recepção dessa política pelo público-alvo, durante o processo de sua implementação. Foram objetivos específicos do estudo:

- 1) Identificar os problemas na concepção dessa política pública e desvios no processo de implementação;
- 2) Analisar os limites e possibilidades de inclusão/integração social de comerciantes informais por meio dessa política.

O período abrangido pela pesquisa se inicia no ano de 2015, data que consta no documento oficial de formulação do projeto, e no decorrer dos anos, quando a intervenção da gestão municipal dá início à execução das obras e a ação pública passa a ser percebido pelos pretensos beneficiários. A análise da política pela pesquisa segue até 2022, que corresponde ao período do atual estágio de implementação do projeto ainda inconcluso.

Na análise documental, foram analisados documentos públicos referentes ao PBRBE, cartas enviadas pela Associação União dos Barraqueiros da UFPE à prefeitura municipal e à reitoria UFPE.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com informantes chaves da Associação de Barraqueiros e da Superintendência de Infraestrutura (SINFRA / UFPE) que participaram e/ou acompanharam o processo de elaboração do PBRBE. Também foram entrevistadas quatro pessoas que trabalham como comerciantes da área externa da UFPE, selecionados por acessibilidade (ver quadro 1).

Quadro 1 - Caracterização dos/as comerciantes da área externa da UFPE entrevistados

Nomes⁴	Idade	Sexo	Escolaridade	Ramo comercial
Luiza	58	Mulher	Ensino Fundamental	Alimentação
Marcelo	50	Homem	Ensino Fundamental Incompleto	Conserto de relógios
João	70	Homem	Ensino Médio	Venda de livros
Paulo	41	Homem	Ensino Fundamental	Alimentação

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Para dar conta da análise durante a implementação foi escolhido o modelo sintético criado por MATLAND (1995) que tenta superar e evidenciar as limitações das análises top down e bottom up. O autor construiu tipologias próprias que abarcam o binômio ambiguidade e conflito, de acordo com o nível dessas duas características (ver quadro 2).

Nessa matriz proposta: na Implementação Administrativa os resultados são determinados pelos recursos e a complexidade na implementação e/ou resolução de problemas são de ordem técnica; Na Implementação Política os resultados da implementação são definidos pelo poder, e o consentimento não é esperado automaticamente pelos envolvidos; Na Implementação Experimental o resultado irá depender largamente em quais atores estão ativos e mais envolvidos, além dos recursos presentes no ambiente de micro implementação; Por

⁴ Nomes fictícios, para proteger a identidade das pessoas entrevistadas.

último, na Implementação Simbólica o resultado é determinado pelo nível de força da coalizão no nível micro, e, não no nível macro, como é o caso da implementação política.

Quadro 2 - Matriz ambiguidade-conflito

Synthesizing Implementation Literature

Exhibit 1

Ambiguity-Conflict Matrix: Policy Implementation Processes

		CONFLICT	
		Low	High
AMBIGUITY	Low	<p><i>Administrative Implementation</i></p> <p>Resources</p> <p>Example: Smallpox eradication</p>	<p><i>Political Implementation</i></p> <p>Power</p> <p>Example: Busing</p>
	High	<p><i>Experimental Implementation</i></p> <p>Contextual Conditions</p> <p>Example: Headstart</p>	<p><i>Symbolic Implementation</i></p> <p>Coalition Strength</p> <p>Example: Community action agencies</p>

Fonte: Matland (1995, p. 160).

A análise de conteúdo temática (BARDIN, 2008; OLIVEIRA, 2008) foi utilizada como técnica de análise de dados, buscando verificar nos documentos e nas falas dos entrevistados as relações que expressam ações, intenções e desejos perceptíveis em relação ao PBRBE, bem como, a percepção do público meta do projeto sobre como as ações poderão afetar consideravelmente suas vidas, direta ou indiretamente, de forma positiva ou negativa. A categorização deste trabalho se deu sob duas linhas temáticas: um incidente sobre a implementação/formulação da política pública, sob os temas: ambivalência/conflito. E uma segunda, direcionada à questão social subjacente à política, acerca da temática integração social.

1.2. Estruturação dos capítulos

A monografia está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro deles este capítulo de introdução. Os demais capítulos estão divididos conforme descritos abaixo.

O segundo capítulo deste trabalho, intitulado “A construção do projeto básico de reordenamento de barracas externas da UFPE”, descreve o conteúdo da política pública no que se refere aos seus objetivos e metas, quais as estratégias utilizadas e ações adotadas na sua implementação. O texto também apresenta uma contextualização de como ocorreu o processo de elaboração da proposta, desde o seu início, enquanto uma demanda de atores sociais da cidade que foi percebida e posteriormente atendida pelo poder público até ser apresentado o PBRBE para a Associação de Barraqueiros da UFPE.

No terceiro capítulo, “O processo de implementação”, será analisado como a política foi viabilizado do ponto de vista institucional dos órgãos públicos envolvidos no projeto.

O quarto capítulo, que tem como título “A recepção do projeto pelo público alvo” irá se ater acerca de como a política está sendo percebida tanto pelos beneficiários alvo do projeto como também sob o ponto de vista de grupos sociais que não foram contemplados.

Por fim, o capítulo de “Considerações Finais” proporciona uma síntese dos principais resultados da análise, assim como, apresenta sugestões concernentes à realização de novas avaliações do projeto e recomendações para a revisão ou melhoria do projeto.

2. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE REORDENAMENTO DAS BARRACAS EXTERNAS (PBRBE)

2.1 O Projeto é uma resposta a qual questão social?

Parcela considerável da clientela que frequenta as barracas improvisadas do entorno da universidade para consumo de alimentos e utilizar serviços de xérox é composta por estudantes da UFPE. Salienta-se que, no atual momento da escrita deste trabalho, o Restaurante Universitário (RU) encontra-se fechado, o que ocorreu desde 2020 por causa da pandemia da Covid 19, sem reabertura após o retorno das aulas presenciais da UFPE em 2022. Somado a isso, o acesso ao RU de pessoas era de uso restrito para uma parcela de estudantes, quando em funcionamento em 2019⁵. Portanto, a prestação de serviço desses e dessas comerciantes informais aparenta ser um serviço não dispensável à comunidade acadêmica, considerando-se os preços cobrados por refeições nas poucas cantinas disponíveis nos Centros Acadêmicos e nos restaurantes existentes no entorno do Campus da UFPE em Recife.

Já não é de hoje que no Recife o poder público criminaliza comerciantes informais seja por meio da fiscalizações com apreensões arbitrárias de mercadorias vendidas por essa categoria, conforme já denunciado em audiência pública⁶ pelo vereador Ivan Moraes, seja por tentativa de expulsão dos locais onde ocorrem os comércios, como foi o caso em 2011⁷, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), da tentativa de retirada de barracas instaladas em frente ao Hospital das Clínicas realizada pela polícia rodoviária federal que encontrou resistência das pessoas que trabalham naquele local, durante a gestão municipal do prefeito João da Costa e a reitoria da UFPE, na gestão do Reitor Amaro Lins.

A criminalização de grupos sociais que estão em algum grau de vulnerabilidade e estão marginalizados já foi contextualizado na lógica urbana da utilização do espaço por Rolnik (2019, p. 174),

⁵ O Restaurante Universitário está localizado na Avenida dos Reitores. O espaço ocupa área de 1.292 m² e tem capacidade para atender até 550 pessoas sentadas. De segunda a sexta-feira, eram oferecidos diariamente 500 desjejuns, exclusivo para estudantes residentes das Casas dos Estudantes Universitárias e do auxílio moradia. Disponível em: <https://www.ufpe.br/restaurante>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

⁶ “Ivan Moraes repercute audiência pública”. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/ivan-moraes-repercute-audiencia-publica>. Acesso em: 11 de outubro, 2022.

⁷ “Após 9 anos de luta, barraqueiros do HC conquistam espaço padronizado”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RIGaOVH6Z1o>. Acesso em: 11 de outubro, 2022.

[...] embora o estigma territorial transforme habitantes em criminosos ou violadores da ordem urbanística, o “crime” em questão - como em infinitos outros casos - é não obedecer ao planejamento, locus onde se definem as formas permitidas - ou proibidas - de organizar o espaço.

A “produção do espaço urbano” (CLARK, 1968) pelo Estado seja via ações pontuais propositivas, a exemplo de obras de requalificação via pública que incluem quiosques, seja por sua ausência de política pública para setores que vivem de renda no mercado informal subjaz a lógica social em países latino-americanos que é a exclusão estrutural de massas marginalizadas. A marginalização estrutural está circunscrita às economias dependentes. Na América Latina a dependência econômica externa não foi rompida (RIBEIRO, 1978) pelas classes dominantes havendo resquícios da estrutura colonial que apontam para uma contradição irreduzível com os interesses populares.

Uma vez que a revolução burguesa brasileira (FERNANDES, 2006) não se amparou nos seus termos históricos, que tivesse um horizonte de integração de toda a sua população, em razão dos quatro séculos de escravismo anteriores que pavimentou um “cosmos patrimonialista” brasileiro onde posteriormente o ethos burguês da sociedade de classes seria inserida. Posteriormente, as classes dominantes adotaram uma visão de mundo de subdesenvolvimento, alinhada com o capitalismo monopolista internacional, onde os problemas internos são orientados por parâmetros externos, a exemplo de um desenvolvimento seguro para países subdesenvolvidos prescrito pelos EUA, ao mesmo tempo que, insensibiliza essas classes diante dos problemas sociais nacionais na medida que não afetem nem o desenvolvimento capitalista interno e nem o equilíbrio do capitalismo mundial.

As massas marginalizadas (RIBEIRO, 1978) latino-americanas são excedentes da força de trabalho, mas, que não poderiam ser consideradas pessoas desempregadas devido a impossibilidades do sistema produtivo modernizado incorporá-las, portanto, não são exército de reserva, assim como, não são superpopulação relativa uma vez que existem recursos tecnológicos suficientes para a sobrevivência dessas massas.

Uma forma de integração e legitimação social dessas massas se dá por meio de “organizações próprias, legais ou extralegais”, onde podem levar suas reivindicações adiante ainda que tenham dificuldade de encontrar legitimidade de outros setores da sociedade e/ou podendo ainda ser alvo de repressões pelas classes dominantes.

Esse projeto de padronização do uso da via pública para o comércio informal também pode visar a redução de conflitos e uma “organização das relações e atitudes” para manutenção da ordem social de grupos de interesses divergentes, segundo PARK e BURGESS (1921 apud

RUFATO, 2010, p. 45), nesse caso, o conceito "acomodação" da configuração do conflito que "é invariavelmente a meta do processo político" será utilizado aqui como sentido da categoria analítica "integração social" dos/das barraqueiros/as na Universidade Federal de Pernambuco e na sociedade onde as demandas desse grupo, como por exemplo, a permanência no local, pudessem ser acolhidas pelo poder público.

2.2. Movimento social e incorporação da pauta na agenda pública

Desde a época da tentativa da expulsão dos comerciantes locais do entorno do Campus Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, que estes se organizam por meio da Associação União dos Barraqueiros da UFPE. Essa associação é entendida aqui como um movimento social urbano (CASTELLS, 1983) por colocar contradições estruturais como, por exemplo, a exclusão ou escassez das pautas relacionado ao comércio informal nas agendas governistas municipais, a menos que sejam políticas fiscalizatórias de caráter repressivo, intimidatório e excludente, dentro dos limites do status quo, indicando uma persistente marginalidade estrutural desse grupo social.

Após 2011, se abriu o diálogo da categoria de comerciantes informais do entorno do Campus Recife da UFPE com a prefeitura do Recife em uma tentativa de propor alternativas de permanência no local de trabalho dessa categoria de tal maneira que pudesse ser incorporada à universidade ou ao menos não houvesse conflito em relação aos interesses da UFPE.

O projeto de reordenamento de barracas proposto pela universidade e prefeitura trata-se da realização de obras de "requalificação urbana" que, segundo a interpretação de MEDEIROS e VIEIRA-DE-ARAÚJO (2019, p. 63),

[...] aproxima-se da intenção de integrar o patrimônio à vida contemporânea, estabelecendo um diálogo entre o legado do passado e as dinâmicas e demandas do presente". Além disso, abarca melhorias nos espaços públicos envolvendo aspectos físicos, dinâmicas socioeconômicas locais e atribuição de novas funções, de modo a impactar positivamente na qualidade de vida e buscando responder às expectativas de todos os grupos sociais.

Além disso, o projeto visa o ordenamento de espaço público onde já estão estabelecidos comerciantes informais próximos aos centros universitários e ao Hospital das Clínicas da UFPE, onde poderia se garantir a permanência no local com melhores condições de trabalho: quiosques aparelhados de uma infraestrutura mínima com água, luz e banheiros próximos. As respostas dadas pelo público municipal a uma demanda de uma categoria que se organiza

enquanto movimento social urbano também traduzem a forma controversa como esse grupo social é encarado socialmente sob a perspectiva da ilegalidade, marginalidade e legitimidade social.

O PBRBE é resultado da correlação de forças dos interesses das gestões da prefeitura do Recife (PCR) junto a UFPE e da associação União de Barraqueiros da UFPE. A categoria de comerciantes informais passa a se organizar sistematicamente após uma tentativa de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras, executada pela Polícia Rodoviária Federal, das barracas localizadas próximo ao Hospital das Clínicas em 2011.

Após algumas reuniões e vários embates entre gestão da prefeitura e a reitoria da UFPE, de um lado, e do outro, a União de Barraqueiros, o PBRBE é apresentado em 2016 como resposta a uma demanda da categoria para que pudesse garantir o local de trabalho aliado a alguma infraestrutura, sob a forma de quiosques padronizados em locais próximos ou coincidentes onde já trabalham os barraqueiros.

2.3 Concepção e formulação da política

O projeto (ver planta de locação no anexo A) foi concebido em 2015 pela Autarquia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB) e Autarquia de Urbanização do Recife (URB), para atender 100 trabalhadores e trabalhadoras do local, que foram cadastrados previamente pela Prefeitura do Recife com o auxílio da Associação dos Barraqueiros. As novas instalações foram planejadas sob a forma de quiosques padronizados de 4 m², segundo o superintendente da SINFRA,

“(...) a gente não tem interesse em ter barracas de dez metros de doze metros. A gente pediu essa ajuda à prefeitura da cidade do Recife no sentido de padronizar e chegou num ponto de equilíbrio, essas barracas tem quatro metros quadrados.”

E ainda sobre o objetivo do projeto para o comércio informal, o superintendente da SINFRA diz:

“(...) é organizar, padronizar e sobretudo devolver as calçadas à comunidade do ponto de vista da acessibilidade, melhorar a trafegabilidade das pessoas que atualmente, se você circular por lá, você praticamente tem que andar na via pública.”

Os quiosques serão alocados em sete nichos em torno do gradil⁸ da universidade e a via pública municipal. Após negociação com a Associação, se chegou à quantidade de 118 quiosques.

Segundo avaliação do superintendente sobre o projeto, *“nos atende ele dentro de uma limitação orçamentária, com materiais mais duráveis de baixa manutenção foi umas das premissas que foram apresentadas desde o início do projeto”*.

O PBRBE se propõe a padronizar as estruturas para alocar comerciantes informais, das quais foram contemplados os ramos alimentícios, reprografia, banca de revistas e livros. Esse projeto também visa uma requalificação urbana da área externa do campus Joaquim Amazonas UFPE, no sentido de melhorar a trafegabilidade de pessoas da comunidade acadêmica. Viabilizado pela Prefeitura através da CSURB como forma de estabelecer limites e critérios de utilização de equipamentos públicos, quiosques, por trabalhadores e trabalhadoras informais que já se encontram no entorno da universidade há vários anos anteriores ao processo de construção dessa política.

Ao término do projeto espera-se que sejam concluídos os sete nichos de quiosques, localizados como indicados a seguir: 1) na Av. Professor Arthur de Sá; 2) Rua Acadêmico Hélio Ramos; 3) Rua prof. Luiz Freire, próximos ao Hospital das Clínicas, Fonoaudiologia, Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste; 4) Centro de Filosofia e Ciências Humanas; 5) Centro de Artes e de Comunicação; 6) Centro de Tecnologia e Geociências; e 7) Instituto Federal de Pernambuco.

No processo de elaboração da política pela UFPE, por meio da SINFRRA, em convênio com a prefeitura, através da CSURB. E contou com a participação da Associação União dos Barraqueiros da UFPE, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), da União, e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), do governo do Estado de Pernambuco.

A linha escolhida para a formulação da política foi incremental próximas do *status quo*, como frequentemente são as linhas das elaborações desenvolvidas que ocorrem em instituições grandes e complexas, em decorrência da fragmentação, inércia, burocracia e meta conflitantes delas. Esse tipo de alternativa apresenta baixo risco porque geralmente são necessários menos recursos financeiros, humanos e organizacionais, apenas ajustes mínimos ao que, na maior parte dos casos, já está instituído (WU; RAMESH; HOWLETT, 2014).

⁸ A universidade se responsabilizou por recuar 2,5 m do gradil divisório da universidade e a via pública a fim de que os quiosques pudessem ser construídos de tal forma que houvesse espaço livre suficiente para o tráfego de pedestres.

3. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO: ESTRATÉGIAS, AÇÕES ADOTADAS E RESULTADOS

Até o momento da escrita desse trabalho, o que já existe construído do projeto é o nicho 1, localizado na rua Prof. Artur de Sá, nos arredores do Hospital das Clínicas (Ilustração 1), onde há 22 quiosques que contam com dois banheiros (Ilustração 2), equipados com saneamento básico, rede distribuição de água e esgoto. Esse nicho 1 já se encontrava nas condições descritas acima desde março de 2021, necessitando apenas a eletrificação pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) para poder ser inaugurado, de acordo com a SINFRA.

Também está em curso, próximo a esse nicho, a construção de uma passarela na BR 101, interligando a calçada do antigo prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a calçada do HC (Ilustração 3). De um dos lados da rodovia, as rampas e escadas da passarela (Ilustração 4) estarão situadas ao lado do nicho 1, no entanto, a obra está parada devido a necessidade de remoção de uma árvore que impediria a construção de uma das rampas de acesso à passarela.

Ilustração 1: Visão dos boxes do nicho do Hospital das Clínicas da UFPE



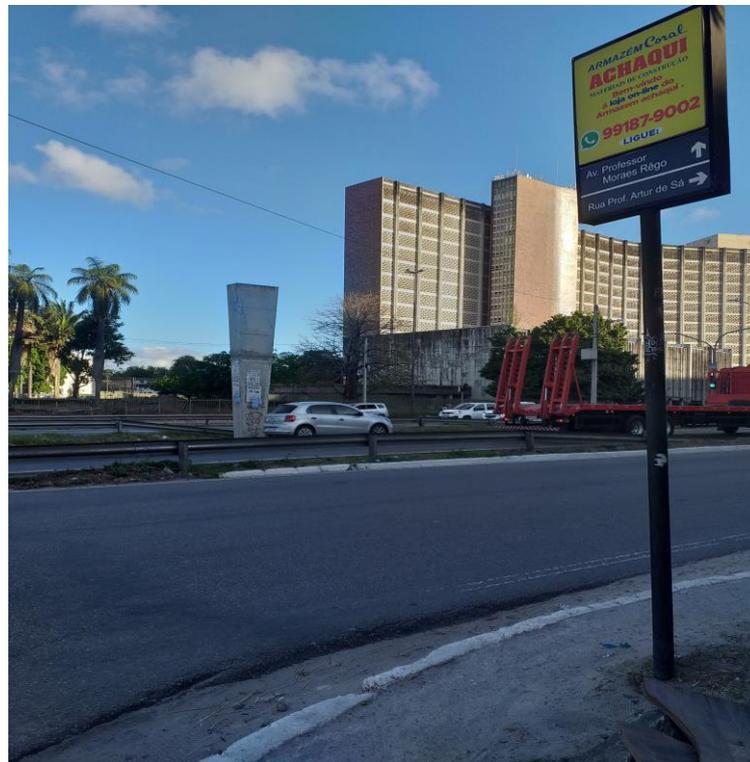
Fonte: Servitec Engenharia (2021). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNLVLmJfGL>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

Ilustração 2: Visão dos banheiros do nicho do Hospital das Clínicas da UFPE



Fonte: Servitec Engenharia (2021). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNLVffklvQP>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

Ilustração 3: Local onde a passarela será construída na BR 101



Fonte: Acervo do autor.

Ilustração 4 - Escada/rampa inacabada da passarela da BR 101



Fonte: Acervo do autor.

A obra de construção da passarela na BR 101, apesar de não fazer parte do projeto de reordenamento, tem relação direta com os comerciantes porque, sem essa passarela, os novos quiosques quando inaugurados, podem perder parte substancial da clientela que transita pela antiga calçada, que será esvaziada de barracas, ao invés de circular no espaço novo com os quiosques. Atualmente, os pedestres que atravessam a BR 101 para chegar à calçada do HC dão de encontro com as barracas dos comerciantes. A passarela assim construída, além de facilitar a mobilidade dos pedestres, possibilitaria o acesso direto aos quiosques desse nicho do projeto.

Legalmente o projeto foi firmado pela Prefeitura do Recife, como cessionário, e UFPE, como cedente, via um contrato temporário de uso de área pública o “Termo de cessão não oneroso de uso de imóvel” (Anexo B), portanto de caráter temporário. Consta no termo que a universidade fica, dentro de suas atribuições, responsável por fiscalizar e informar as irregularidades, e segundo, o superintendente de Infraestrutura da UFPE, também cabe a Associação dos Barraqueiros essa fiscalização e de ordenamento dos quiosques e “*se não houver fiscalização eficaz, é uma das cláusulas que levam a interromper (a cessão de uso)*”. O termo possibilita renovação após 10 anos de uso por mais 10 anos, caso haja interesse da universidade e da prefeitura em renovar.

Além do documento não contemplar alguns tipos de serviços, tais como os lava jatos, os borracheiros e as floriculturas que existem no entorno do campus, o superintendente da UFPE foi enfático ao afirmar que não existe interesse da universidade e quando questionado a

respeito respondeu “a grande demanda é alimentos, às vezes um determinado serviço, reparo de celular, alguma coisa desse tipo, mas borracharia não é do interesse da universidade”. Questionado sobre se não haveria utilidade os lava jatos para a universidade, o superintendente de Infraestrutura da UFPE informou que,

“(...) são feitos com poços superficiais, são cravados nos terrenos da universidade. Também tem alguns avanços com a Secretaria do Meio Ambiente para impedir a utilização desses poços. Na verdade, está comprometendo o lençol freático do campus. Tem aproximadamente quinze lava jatos naquela área das proximidades do cemitério, que são todos irregulares e utilizando... são poços rasos, estão na primeira lâmina do lençol freático.”

A alternativa levantada pela SINFRA é de oferecer uma capacitação de manuseio de alimentos para determinados comerciantes e a mudança do ramo comercial daqueles que não se enquadram nas tipologias delimitadas pelo projeto. Dos ramos que não foram contemplados no projeto, a única exceção para continuar na categoria foi a floricultura. Existe um diálogo da SINFRA com a prefeitura para reposicionar as pessoas que vendem flores na mesma calçada do cemitério, por meio de um novo projeto municipal.

A obra do nicho 1 foi custeada com recursos de medida mitigatória vinda de um empreendimento de alto impacto, referente às duas torres localizadas no bairro da Cidade Universitária, erguidas pela construtora Moura Dubeux, do conjunto residencial Reserva Polidoro, onde há mais de cem unidades residenciais e haverá esgotamento sanitário. Os recursos compensatórios por essa obra privada foram recebidos pela prefeitura do Recife e foram executados pela Servitec Engenharia. Nota-se que a empresa tem na lista de clientes e parceiros ⁹ a Moura Dubeux.

O início da execução do PBRBE se deu em 2020 e, até o momento da conclusão da escrita deste trabalho (novembro/2022), apenas 1/7 dele foi implementado, sem que haja ainda condições para a utilização dos equipamentos públicos. Sendo que o primeiro nicho do projeto correspondente a área do Hospital das Clínicas da UFPE, como foi mostrado, é o que se encontra em estágio mais avançado, porém sem previsão de entrega.

Apesar das organizações envolvidas, especialmente a UFPE e a Associação dos Barraqueiros, considerarem relevante a política de reordenamento e padronização das barracas, existem visões divergentes e incongruentes em relação aos objetivos do projeto, evidenciando um conflito. E a intensidade do conflito pode aumentar na medida que também aumenta a

⁹ Clientes e parceiros da Servitec Engenharia. Disponível em: <http://www.servitecengenharia.com.br/parceiros.html>. Acesso em: 11 de dezembro de 2022.

incompatibilidade dos interesses envolvidos com a acrescida percepção entre os atores têm acerca dos objetivos que os distanciam (MATLAND, 1995).

Embora haja alto conflito de interesses entre as duas organizações mencionadas, não houve indícios de ambiguidade na formulação da proposta de reordenamento para tentar amenizar os possíveis atritos políticos ou facilitar negociações. Tanto os objetivos da política, como as atribuições de quem se beneficiará, estão e foram explicitados, tanto no termo de cessão como na entrevista com o superintendente de infraestrutura da UFPE, portanto, a ambiguidade da política é baixa

Essas duas características do projeto de reordenamento, baixa ambiguidade e alto conflito, típico de modelos de tomada de decisão, enquadram-no, sob a tipologia de Matland, como uma Implementação Política. Nesse tipo de implementação, não tendo a expectativa do consentimento como ponto de partida,

[...] o sucesso de implementação depende de uma das partes ter suficiente poder para impor a força a vontade dela sobre os demais grupos ou ter recursos suficientes para estar apto a barganhar o consentimento acerca dos meios que ocorrerão a implementação (MATLAND, 1995, p. 164, tradução nossa).

4. A RECEPÇÃO DO PROJETO PELO PÚBLICO ALVO

4.1. Apontamentos da Associação dos Barraqueiros

Antes da pesquisa deste trabalho ter sido realizada, a Associação dos Barraqueiros já havia comunicado publicamente, por meio de duas cartas, as insatisfações a respeito de como o projeto estava desenhado, assim como, por meio dessas também solicitou maior esclarecimento e transparência na execução das obras.

De início não houve transparência em como o projeto foi elaborado, sendo que a planta da obra do projeto (Anexo A) somente foi apresentada publicamente em 2018, após 70 comerciantes informais da UFPE¹⁰ representados pela Associação dos Barraqueiros e pelo SINTRACI realizarem a ocupação de um órgão da prefeitura, a 4ª Gerência Regional da Diretoria de Controle Urbano (DIRCON), na Madalena, reivindicando acesso ao documento que data de 2015 a sua criação. Foi quando esses trabalhadores e trabalhadoras organizados puderam constatar que várias das concepções do projeto foram decididas sem a consulta da Associação e/ou que suas considerações levantadas anteriormente não foram incorporadas no projeto pela Prefeitura do Recife e pela Universidade Federal de Pernambuco, o que implica substancialmente na forma como poderão usufruir dos equipamentos e as suas condições de trabalho.

Alguns dos apontamentos no âmbito do projeto e de discussões anteriores foram levantados pela Associação e entregues por meio de duas cartas a prefeitura e universidade (anexo C), dentre os quais salientam-se os aspectos indicados a seguir:

● **Infraestrutura**

Há quiosques apresentando infiltrações e que apresentam a necessidade de instalação de caixas d'água, e de janelas para garantir o fechamento das unidades. Uma pessoa que seria contemplada com os quiosques do nicho 1 alertou que, se já estivessem funcionando desde o término da obra, que ocorreu em março de 2021, os/as comerciantes teriam sido afetados pelas chuvas e alagamentos que ocorreram na cidade em maio de 2022. Dado o nível da água que chegou a alagar o local, haveria grande perda de material e equipamentos utilizados.

¹⁰ “Ambulantes da UFPE ocupam prédio da Dircon para ter acesso a projeto de reorganização de barracas”. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/01/28/ambulantes-da-ufpe-ocupam-predio-da-dircon-para-ter-acesso-a-projeto-de-reorganizacao-de-barracas-218957>. Acesso em: 03 novembro, 2022.

- **Parada de embarque e desembarque próximo ao nicho.**

Atualmente os comerciantes locais se beneficiam da circulação de pessoas por conta da parada de ônibus na BR, que se localiza em frente ao Hospital das Clínicas. Na localização do nicho 1 não há parada de ônibus, o que possivelmente diminuirá a clientela desses serviços e, como consequência, a renda deles. Nesse ponto houve acordo com a prefeitura de que haveria deslocamento da atual parada de ônibus da BR para situar-se próximo ao nicho construído 1.

- **Acesso ao Hospital**

Ausência de via que se interligue com o nicho 1, mantendo o nicho isolado. Conforme é possível ver na Ilustração 5, entre os blocos de quiosque existe um gradeamento (contornado em vermelho na figura) que divide a via pública e o HC. Além disso, foi relatado por um trabalhador local que existe a necessidade de deslocar o fluxo de pessoas frequentadoras do Hospital para o nicho construído a fim de que os comerciantes mantenham o mesmo fluxo de pessoas que são a sua clientela. Para ele não importa que os quiosques possam funcionar adequadamente, é necessário que, quando os quiosques dessa área forem entregues, a passarela da BR também já esteja funcionando. Um deslocamento de local de venda sem cliente, mesmo em um equipamento novo e com mais estrutura, não compensaria.

Ilustração 5 - Nicho 1 (localizado próximo ao Hospital das Clínicas)



Fonte: Acervo do autor.

- **Praça de convivência**

Esse item ficou ausente no projeto. A construção de uma praça de convivência foi discutida em algumas reuniões, mas não foi formalizada. Segundo um dos representantes da Associação¹¹, é importante uma área de convivência social, no nicho 1, onde pessoas que chegam do interior do Estado possam ser acolhidas, enquanto aguardam para serem atendidas no Hospital das Clínicas.

- **Ausência de cronograma de obras**

Se faz necessário que seja apresentado um cronograma de obras para que, quem trabalha possa se planejar enquanto a obra estiver sendo executada no seu local de trabalho, dada a impossibilidade de ter essa fonte de renda durante o período das obras.

- **Metragem dos boxes inviável para todos os comércios existentes**

O projeto foi desenhado de forma genérica para que todos os sete setores definidos pelo projeto da universidade se adequem aos quiosques de 4,00 m², no entanto, cada setor da universidade tem suas especificidades. “*É necessário que se desenvolvam projetos específicos*”, apontou a organização dos barraqueiros. Além disso, já existem alguns estabelecimentos que funcionam com uma metragem superior ao que foi estipulado como padrão. A exemplo do estabelecimento de serviço de impressão localizado na rua Acadêmico Hélio Ramos, como pode ser visto na Ilustração 6 (contornado em vermelho na figura) e também locais que trabalham servindo refeições diárias, que necessitam de espaço para utilização de fogões, equipamentos de refrigeração e afins.

Uma comerciante do ramo de alimentação, que foi entrevistada, também disse como será afetada pelo projeto

“É muito pequeno (o box) não vai dar para mim. Eu vendo almoço, não vai dar para botar o fogão, a geladeira. Infelizmente eu não sei como vai ser. [...] Do jeito que é, o fogão vai ficar dentro e a gente vai ficar fora. Não vai caber, como é que a gente vai se movimentar?”
(Luiza, 2022)

¹¹ “Após 9 anos de luta, barraqueiros do HC conquistam espaço padronizado”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RIGaOVH6Z1o>. Acesso em: 11 outubro, 2022.

Ilustração 6 - Instalação de comércios localizados próximos ao CFCH



Fonte: Acervo do autor.

4.2. Integração social de comerciantes informais

O projeto não contemplou todos comerciantes informais da localidade, pois, conforme a Associação apontou, houve a exclusão de 60 estabelecimentos do projeto dos nichos. E segundo o superintendente da SINFRA não há interesse da universidade que aqueles que trabalham em ramos que não foram contemplados permaneçam onde estão. Atualmente existem 178 estabelecimentos no entorno do Campus Recife da UFPE, no entanto, o projeto contempla apenas 118. Foram excluídos do projeto, pelo menos, os ramos de floricultura, de borracharia (ver Ilustração 7) e de lava-jato.

Existem borracheiros que trabalham há anos no entorno da universidade, um deles relatou que se instalou neste local há 14 anos (desde 2008) e que, até antes da pandemia da covid-19, atendia docentes e pessoas do bairro da Várzea, mas que, após o retorno das aulas presenciais na UFPE teve sua clientela diminuída em relação ao período anterior a 2020.

As pessoas do ramo de lava-jato ocupam ao menos quatro setores da universidade, sendo eles localizados próximos ao Centro de Artes e Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Engenharia Química, Depto Farmácia, para as quais não foi apresentado, até o momento, nenhuma proposta de inclusão formal no entorno da universidade e nenhuma demonstração de interesse de realizar qualquer tipo de intervenção junto a prefeitura que pudesse beneficiar a permanência dessas atividades.

Ilustração 7 - Borracharia próxima ao CFCH



Fonte: Acervo do autor

A ausência de transparência do poder público municipal em relação às escolhas que delimitaram o projeto de urbanização perante os(as) comerciantes locais associados, somado ao histórico da relação conflituosa da prefeitura com esse grupo social, nos leva a inferir que, como aponta Scott (1992 *apud* CORTE; LIMA, 2012, p. 42), os “resultados de políticas não são planejados por atores individuais ou coletivos, mas sim escolhas realizadas sob o constrangimento, por vezes abrupto, de instituições”. Corrobora a essa inferência o relato de Paulo que após perceber na luta e organização da categoria, desde 2011, uma possibilidade de dialogar com o poder público e discutir sobre o projeto:

“Começou (a gente) a se unir, a fazer protesto, a lutar pelos nossos direitos e até hoje. [...] eles fizeram o projeto deles mesmos por isso que saiu muita coisa errada. A gente conseguiu conversar e ter diálogo, mas no meio do caminho fizeram coisas que a gente não estava de acordo (...), o tamanho dos quiosques que foi feito, posição, muitas coisas fugiram do padrão.” (Paulo, 2022)

Caso a obra chegue, de fato, a ser implementada conforme definido pelo projeto da universidade e da prefeitura, vários/as comerciantes terão suas rendas impactadas e/ou

inviabilizadas, da mesma forma que ocorria antes da instalação dos novos equipamentos públicos, sendo diretamente prejudicadas pela ação do poder público. Das quatro entrevistas realizadas, formalmente, com comerciantes (Ver Quadro 2 na introdução) apenas uma pessoa será contemplada, ainda que parcialmente, dentro dos pré-requisitos do projeto.

Além disso, o projeto não garante a permanência daqueles/as que não foram incluídos nessa política, mas que já trabalhavam no entorno da universidade há vários anos antes desse projeto ser construído, prestando serviços aos moradores e frequentadores da Várzea e a parcela da comunidade acadêmica. De uma certa forma, o projeto tenta legitimar a exclusão de ao menos 60 pessoas do local de trabalho, prescrevendo uma vigilância da prefeitura e da universidade contra essas pessoas.

Vários trabalhadores informais do local além de trabalharem há vários anos nos locais, muitos deles há mais de 10 anos, se encontram numa situação de idade mais avançada onde haveriam menos oportunidades de se reinserir profissionalmente, conforme pode ser precebido nos relatos abaixo:

“Eu mesma não tenho como arrumar um emprego para ir trabalhar. Eu vou fazer 58 anos já. Eu trabalho que não é brincadeira não. Me acordo de 4:00 vou dormir 0:00 todo dia, não é vida não. Mas peço a Deus todo dia que me dê saúde para eu trabalhar para não faltar o pão na casa e nem na mesa de ninguém porque hoje em dia é muito difícil, é muita gente desempregada, é muita gente pedindo (comida). (Luiza, 2022).

“Eles falam que a universidade não quer eu trabalhe aqui. No entanto, eu já tenho um bom tempo aqui. Para mim fica difícil, toda minha clientela é daqui, mais de 20 anos que eu construí. Daí para eu sair hoje fica difícil. [...] Faria capacitação para mudar de ramo, sim, mas eu sou muito procurado para o conserto de relógio. Eu já tô com 50 anos. Não sei o tempo que eu vou aguentar isso aqui, mas eu tenho neto, tenho filho que pode precisar porque eu tô segurando aqui não é só para mim (...) no futuro (eles) podem precisar (do espaço). (Marcelo, 2022)

“Eu estava com quase 50 anos e é meio difícil encontrar emprego e minha mulher me disse “por que tu não vai vender livro, tem tanto livro?.” Aí eu olhei assim e realmente é. E sabe de uma coisa, eu vim para cá, comecei a botar uns livros, comprei umas estantes e aí já estou aqui há 23 anos. (João, 2022).

Existe também a descrença no que diz respeito à realização e finalização do projeto segundo relatou um borracheiro que está no local há mais de dez anos que crê que não haverá mudanças. Outro foi trabalhador local que também relatou essa descrença foi João:

“Eu acho que não tá levando a nada, faz 20 anos que venho nessa reunião (da associação) e não estou vendo nada. Entra prefeito e sai prefeito, entra governador e sai governador e tudo é a mesma coisa. Dizem que vão fazer e tchau. É feito o mercado da Várzea, eu tô aqui na Várzea há cinquenta e dois anos e há cinquenta e dois anos estou esperando sair o mercado da Várzea. [...] É aquilo de sempre vai fazer nada, a gente é que espera que faça (desde a gestão de Amaro Lins) A gente conversou com o reitor que disse que ia fazer. [...] Eu mesmo não acredito em mais nada. Acredito que tenho que fazer outra barraca e botar aí. Se for esperar mais vinte anos eu morro e nada. Mais vinte anos eu morro, estou com setenta mais vinte é noventa, eu vou viver?” (João, 2022)

Essa situação reflete uma descrença na política institucional anterior ao projeto, na percepção de que demandas locais e do seu grupo social não são atendidas pelo Estado. Seja em qual for a proporção que esse posicionamento é representativo da categoria dos comerciantes informais, fato é que as pautas levantadas com autonomia da categoria têm tido bastante dificuldade de encontrar reverberação nas gestões do município e da universidade. A escassez ou mesmo ausência de políticas públicas para quem sobrevive no mercado informal de baixa renda (renda mensal familiar per capita até 550 reais) constituem a política pública do município.

Há ainda, sobretudo, uma vontade que o projeto seja entregue, mas desde que atenda as necessidades de comerciantes locais. Paulo, em relação ao nicho 1, disse:

Se tudo que for acordado for cumprido, vai ficar uma boa. É pequeno (o quiosque) mas dá pra gente [...], o tamanho também influencia, mas se for pequeno, mas tiver fluxo de gente eu concordo. O problema é a venda. O tamanho importa, mas o principal é fluxo de gente. Se tem parada de ônibus [...] praça para o povo se acomodar, tem o transporte de boas, não vai faltar cliente. [...] Se amanhã quiser correr e fazer de todo jeito também não adianta, não é interessante pra gente. A gente vai passar dez anos aí, mas quando for entregar tem que ser perfeito. [...] Se tivesse entregado agora, esse inverno alagou, a água deu na canela dentro do quiosque. Se eles tivessem entregado era freezer queimado. (Paulo, 2022)

Seguindo “as hipóteses para o estudo dos movimentos sociais urbanos” (CASTELLS, 1983, p. 386-387), a integração social de comerciantes informais por meio desse projeto tem como função a manutenção da ordem após o movimento organizado da Associação dos Barraqueiros. Uma vez que, a ação do Estado de tentar expulsar os/as comerciantes próximos ao HC em 2011 com retirada de material e repressão violenta não obteve o êxito esperado, a abertura para diálogo com o movimento social foi uma saída para propor algo viável, mas que não colocasse em risco a ordem urbanística do Recife que é, em grande medida, pautada pelos interesses de grandes empreiteiras e imobiliárias. O “acúmulo de contradições” aqui se deu pela inserção de elementos diferentes em uma relação que se deu pela ocupação dos comerciantes

no entorno do campus da universidade, estabelecendo uma relação de interesses conflituosos, ainda que nem sempre explicitados. Quanto mais que as contradições sejam “puramente políticas”, tanto mais são passíveis de serem integráveis ao Estado para auto regulação do status quo. Nesse caso, fica evidenciado uma tentativa de regulação o fato de que o próprio recurso, de parte desse projeto, tenha vindo, originalmente, de uma grande empreiteira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma síntese dos principais resultados da análise do projeto de reordenamento de barracas externas do entorno do Campus Recife da UFPE está apontada a seguir. A escassez de alternativas promovidas pelo Estado para a geração de renda por parte considerável da população é condição da marginalidade estrutural onde está inserido esse grupo. Atualmente, a utilização de espaço público para comerciantes de baixa renda está no limbo da regulação fundiária de uso do solo no Recife. Dessa forma, o termo de cessão de uso temporário utilizado por esse projeto se configura com um instrumento legal insuficiente para garantir a permanência de comerciantes informais nos locais de trabalho, ainda que as atividades passem a ser realizadas em equipamentos públicos.

As principais questões controversas em relação à política pública analisadas neste trabalho foram:

- 1) As divergências sobre os objetivos dessa política, reflexo do conflito de interesses entre poder público e Associação de Barraqueiros;
- 2) A forma de concepção e implementação da política (MATLAND, 1995) utilizada pela universidade e prefeitura, onde os interesses dessas instituições estão sendo impostos sobre as vontades dos comerciantes dos locais;
- 3) Os efeitos do projeto para os/as comerciantes, considerando que o tamanho de quiosques escolhido foi avaliado por estes/as como insuficiente;
- 4) A restrição excludente dos ramos de atividades comerciais não contempladas no projeto;
- 5) A dificuldade de reinserção profissional por conta da idade avançada de alguns/algumas comerciantes.

Na avaliação do processo de implementação do projeto de reordenamento de barracas externas do entorno do Campus Recife da UFPE observou-se que somente foi possível realizar uma inclusão restrita desse grupo na UFPE, por meio de uma integração social que tenta fragmentar o grupo de trabalhadores informais da área externa da universidade, excluindo do projeto trabalhadores de ramos que, de acordo com a SINFRA, “não são de interesse da universidade”, através de critérios arbitrários durante a formulação e implementação da política visando uma acomodação do conflito.

Durante o trabalho de pesquisa observou-se também que inexistiu qualquer indício de que os conflitos entre a universidade e comerciantes foram pacificados com o projeto. Até o

momento da escrita deste trabalho, as duas cartas da Associação dos Barraqueiros, enviadas em 16 de agosto de 2021 para a Prefeitura do Recife e para a UFPE, contendo apontamentos e questionamentos sobre o projeto, não obtiveram qualquer tipo de resposta. Segundo CASTELLS (1983), as contradições entre opostos e complementares que não forem solucionadas resultarão em novas contradições.

Para a tomada de decisão por parte dos gestores, sugere-se a realização de pesquisa para elaboração de um diagnóstico que possa pautar a ação pública em novas intervenções:

- 1) Traçar um perfil daquelas pessoas que trabalham nos ramos que não foram contemplados pelo projeto, verificando qual é a clientela do serviço que prestam (borracharia, lava jato, floricultura, outros), considerando que essas atividades também fazem parte da prestação de serviços para a comunidade acadêmica, levantando as suas necessidades, em relação a geração de renda, condições de trabalho, para que pudessem ser alvo de políticas redistributivas;
- 2) Levantamento das políticas públicas municipais direcionadas ao comércio informal atualmente e durante as três últimas gestões, procurando identificar as suas principais limitações;
- 3) Análise comparativa de outras políticas de reordenamento de vias públicas, onde se construíram quiosques para o comércio informal, buscando-se replicar soluções exitosas.

Com base nos resultados obtidos neste trabalho, são apresentadas abaixo algumas recomendações visando a revisão e melhoria do projeto e de melhores práticas para as negociações político-organizativas:

- 1) Que os apontamentos e reivindicações apresentadas nas duas cartas enviadas pela Associação dos Barraqueiros sejam levados em consideração para as revisões do projeto;
- 2) Que seja realizada uma revisão urgente do tamanho dos quiosques, de tal forma, que possam coexistir diferentes tamanhos de equipamentos nos nichos que ainda serão construídos, de acordo com as necessidades e demandas anteriores ao projeto, de tal maneira que a renda não seja impactada negativamente, mas, sim, que a renda após a construção do projeto possa ser análoga ao que já era antes da construção dos quiosques;
- 3) Que, na discussão de futuras políticas para esses comerciantes, seja possibilitada a inclusão de pessoas do entorno da universidade que trabalham com atividades, tais como, borracharia, lava jato, floricultura e demais, que foram excluídas do projeto;

- 4) Que seja considerada a necessidade da criação de uma legislação de regulação fundiária municipal específica para esse grupo social, onde se possa garantir, a exemplo do título de posse, a permanência de comerciantes informais com alguma segurança legal;
- 5) Que seja permitida a inclusão de representantes da Associação União dos Barraqueiros da UFPE nas reuniões do Conselho Universitário da UFPE, para que tenham conhecimento e participem das discussões com toda a comunidade acadêmica, uma vez que são peça fundamental para o funcionamento da universidade, ampliando os espaços do colegiado da instituição para esse e demais grupos sociais que estão no entorno da universidade e/ou são afetados por ela direta ou indiretamente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Rio de Janeiro; Cortez; 15 ed., 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro, Edições 70, 1998.

BRASIL. **DNIT – Pagina Inicial — Português**. Disponível em <<https://www.gov.br/dnit/pt-br>>. Acesso em: 17 de nov. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Ed. Revisada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORTE, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova**, São Paulo, 87: 33-62, 2012.

CLARK, Terry N., **Community structure, decision-making, budget expenditures and urban renewal in 51 American cities**, **American Sociological Review**, 33, Augusto 1968, pp. 576-593.

EBSERH. HC-UFPE - **Hospital das Clínicas da UFPE**. Disponível em <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hc-ufpe>>. Acesso em: 17 de nov. 2022.

FACEBOOK. **Sintraci Sintraci | Recife PE**. Disponível em <<https://www.facebook.com/people/Sintraci-Sintraci/>>. Acesso em: 17 de nov. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

LOWI, Theodor. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, 32: 298-310. 1972.

MATLAND, R. Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict

model of policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 5, n. 2, p. 145-174, 1995.

MEDEIROS, Talys Napoleão. Requalificação urbana a partir de espaços ferroviários obsoletos. Maestria.me 2019 [recurso eletrônico]: **Anais do Seminário de Dissertação MDU/UFPE**, Recife, Ed. UFPE, 2021.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: Uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem da UERJ**, 16(4), 569-576, 2008.

RECIFE, Prefeitura. **Autarquia de Serviços Urbanos do Recife (Csurb)**. Disponível em <<https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/autarquia-de-servicos-urbanos-do-recife-csurb>>. Acesso em: 17 de nov. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1978.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2ªed., São Paulo, Boitempo Editorial, 2019.

RUFATO, Marcela de Andrade. **Imigração e relações raciais na cidade moderna: a teoria social de Louis Wirth**. Dissertação. Universidade de São Paulo, 2010.

SOUZA, Celina. Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

UFPE. **Restaurante Universitário Recife**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/restaurante>>. Acesso em: 17 de nov. 2022.

UFPE. **Sinfra**. Disponível em: <[Sinfra - UFPE](#)>. Acesso em: 17 de nov. 2022.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Representante SINFRA/UFPE

1. O que motivou e de quem partiu a proposta da elaboração do projeto básico de reordenamento de barracas externas da UFPE?
2. Sabe-se que o projeto surgiu após resistência de trabalhadores do comércio informal em permanecer no local em frente ao Hospital das Clínicas após uma tentativa de expulsão com retirada de barracas realizada pela polícia rodoviária federal em 2011. Esse foi um dos elementos motivadores para a elaboração do projeto? Como hoje a universidade enxerga aquele momento de resistência?
2. De quem foi a iniciativa, quem elaborou a proposta e em que termos foi firmado o convênio da UFPE com a Prefeitura do Recife para esse projeto?
3. Qual o papel da UFPE em relação a execução da obra desse projeto?
4. Como o projeto tal qual foi elaborado é percebido e avaliado pela SINFRA hoje?
5. Existe alguma interlocução com os trabalhadores do comércio informal durante a execução do projeto? Se sim, como essa interlocução está sendo feita?
6. Quando as obras se concluírem e os equipamentos forem entregues as pessoas beneficiadas como a UFPE espera que será a recepção?
7. Existe um documento relacionado ao uso de área pública referente aos equipamentos, quiosques, o “termo cessão não onerosa de uso de imóvel entre a UFPE e o município do Recife”. Segundo levantamento da Associação de Barraqueiros da UFPE, neste documento 60 estabelecimentos que já funcionam atualmente no entorno da universidade não foram incluídos por não se enquadrarem nos ramos comerciais permitidos, tais quais floricultura, lava-jato, mecânico. Como a UFPE enxerga essas outras atividades que são exercidas no entorno da universidade? (elas não são importantes para a comunidade acadêmica?)
8. O que irá acontecer com esses estabelecimentos não incluídos no projeto? Há interesse da universidade em criar futuros projetos para venham beneficiar as pessoas que trabalharem em ramos comerciais que não foram contemplados nesse projeto?

Comerciantes informais – UFPE

PARTE 1 - História de Vida

1. Como chegou até aqui?
2. Qual ramo de atividade exerce?
3. Qual seu nível de escolaridade?
4. Onde mora? Possui casa própria?
5. Participa das atividades da Associação dos Barraqueiros?

PARTE 2 - Sobre o Projeto Básico de Reordenamento de Barracas Externas da UFPE

1. Como soube do projeto?
2. Chegou a participar da construção? Quando? Onde? De que forma?
3. Quando for entregue como espera que vão funcionar os equipamentos e a relação com o poder público?
4. Como avalia no momento esse projeto?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para a concessão de ENTREVISTA INDIVIDUAL na pesquisa intitulada “Projeto Básico de Reordenamento das Barracas Externas da UFPE”, realizada por HENDY KAWATA, aluno da Licenciatura do curso de Ciências Sociais da UFPE, para elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a supervisão de Eliane Maria Monteiro da Fonte, professora do Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. A sua participação nesta pesquisa deverá ser voluntária e consistirá na entrevista guiada pelo estudante.

Objetivo da pesquisa: Análise sociológica do “Projeto Básico de Reordenamento das Barracas Externas da UFPE”

Justificativa: Coleta de dados para a escrita da monografia

Para esclarecimentos sobre esta pesquisa e sua participação, você pode contatar a pesquisadora responsável: Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte
Departamento de Sociologia / Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - 12ª andar/ UFPE
Av. da Arquitetura, s/n. Campus – Cidade Universitária CEP. 50.740-550 -
Recife – PE Fones: (81) 2126-8281 - Celular: (81) 99530 7477
Fone do aluno/entrevistador: (81) 99330-3280
E-mail do aluno/entrevistador: hendy.kawata@ufpe.br

AUTORIZAÇÃO

Em vista dos esclarecimentos prestados, eu,

_____ manifesto a minha concordância em participar voluntariamente da pesquisa “Projeto Básico de Reordenamento das Barracas Externas da UFPE”, nos termos acima apresentados. Por ser verdade,

Participante voluntário

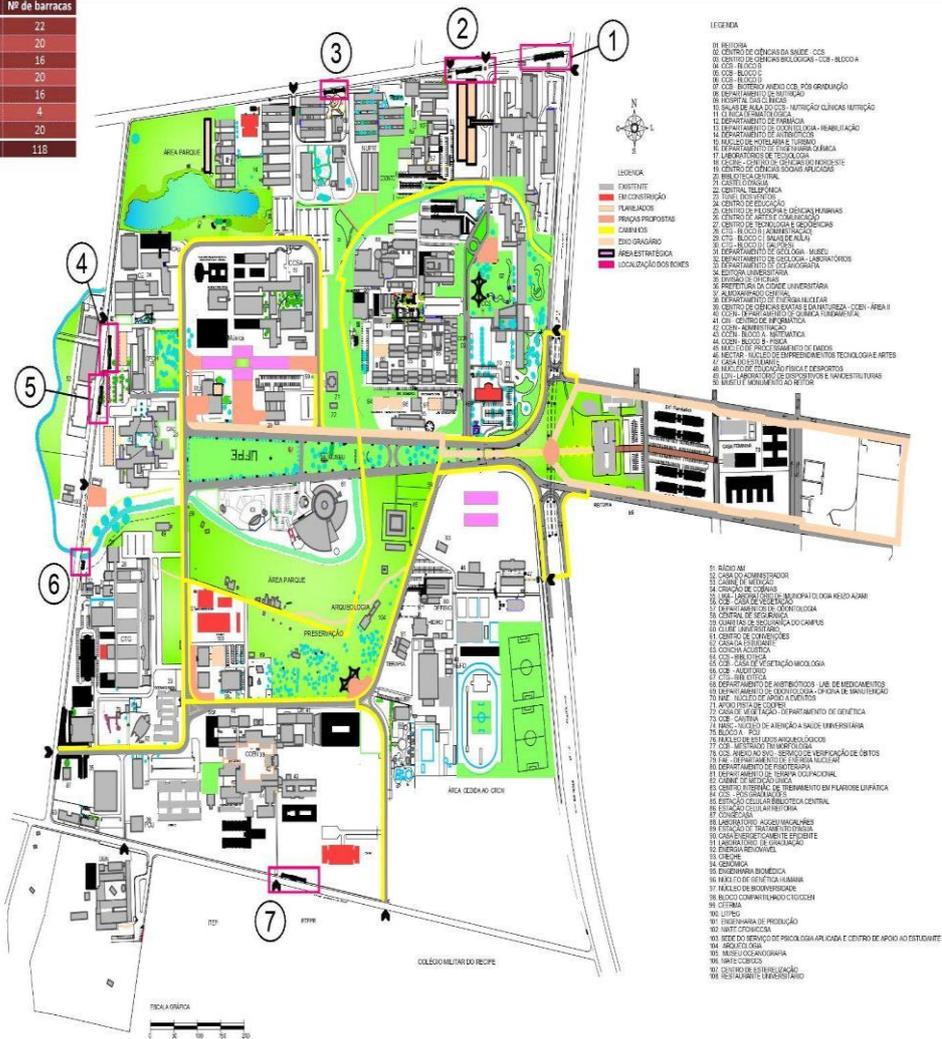
Pesquisadora Responsável

Entrevistador

Recife, ____ de _____ de 2022

ANEXO A - PLANTA DE LOCAÇÃO

Local	Cessão de área	Área construída	Nº de barracas
1 HC	140,35 m ²	118,80 m ²	22
2 Fonoaudiologia	206,71 m ²	106,80 m ²	20
3 CECINE	172,21 m ²	88,60 m ²	16
4 CFCH	223,40 m ²	106,80 m ²	20
5 CAC	172,00 m ²	88,60 m ²	16
6 CTG	45,00 m ²	25,50 m ²	4
7 IFPE	206,75 m ²	106,80 m ²	20
Total	1166,42 m²	641,90 m²	118



DATA	REVISÃO	DESCRIÇÃO

PROJETO BÁSICO DE REORDENAMENTO DAS BARRACAS EXTERNAS DA UFPE

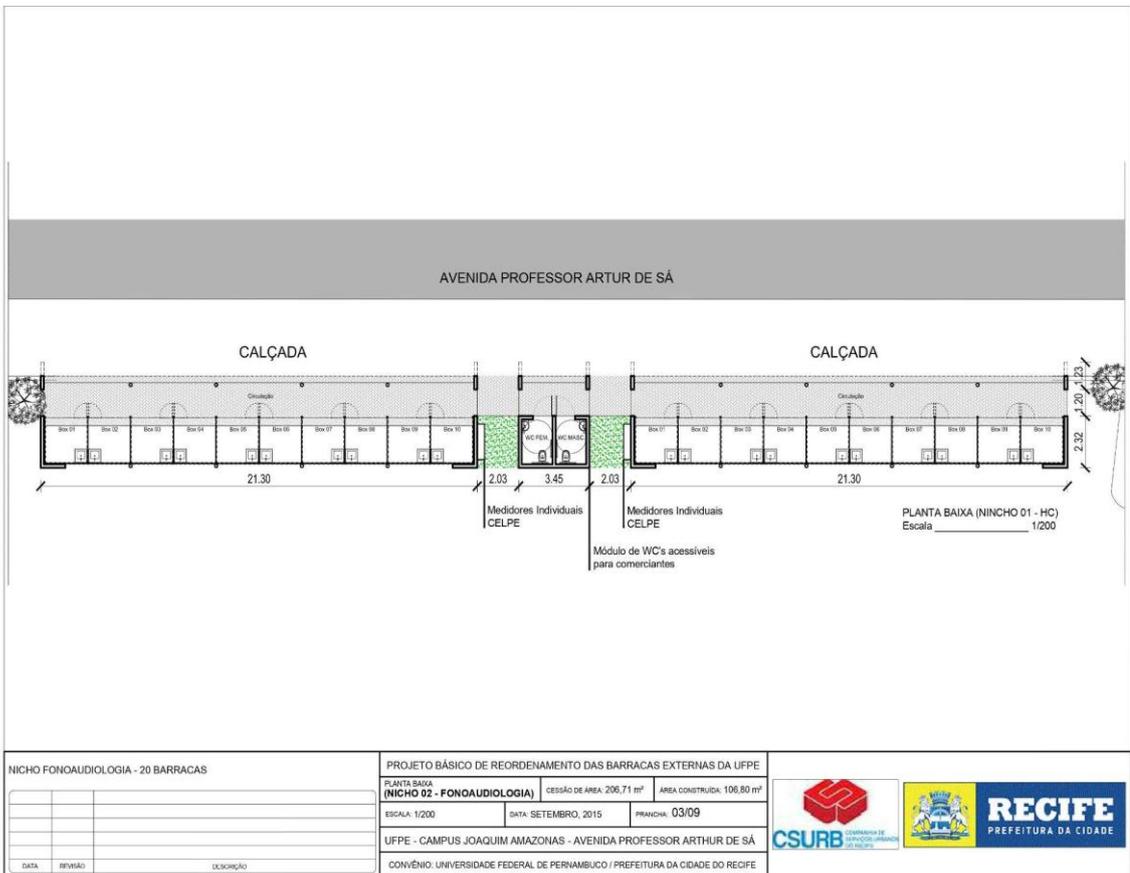
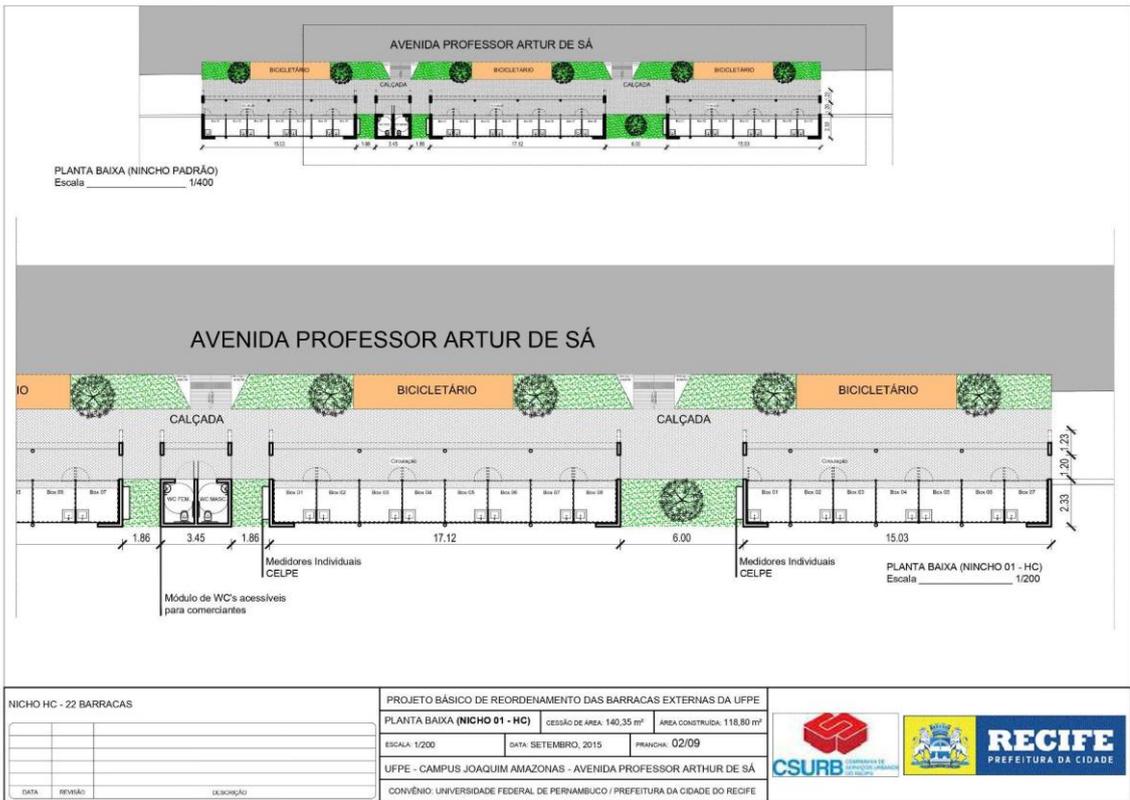
IMPLANTAÇÃO GERAL CESSÃO DE ÁREA: 1166,42 m² ÁREA CONSTRUIDA: 641,90 m²

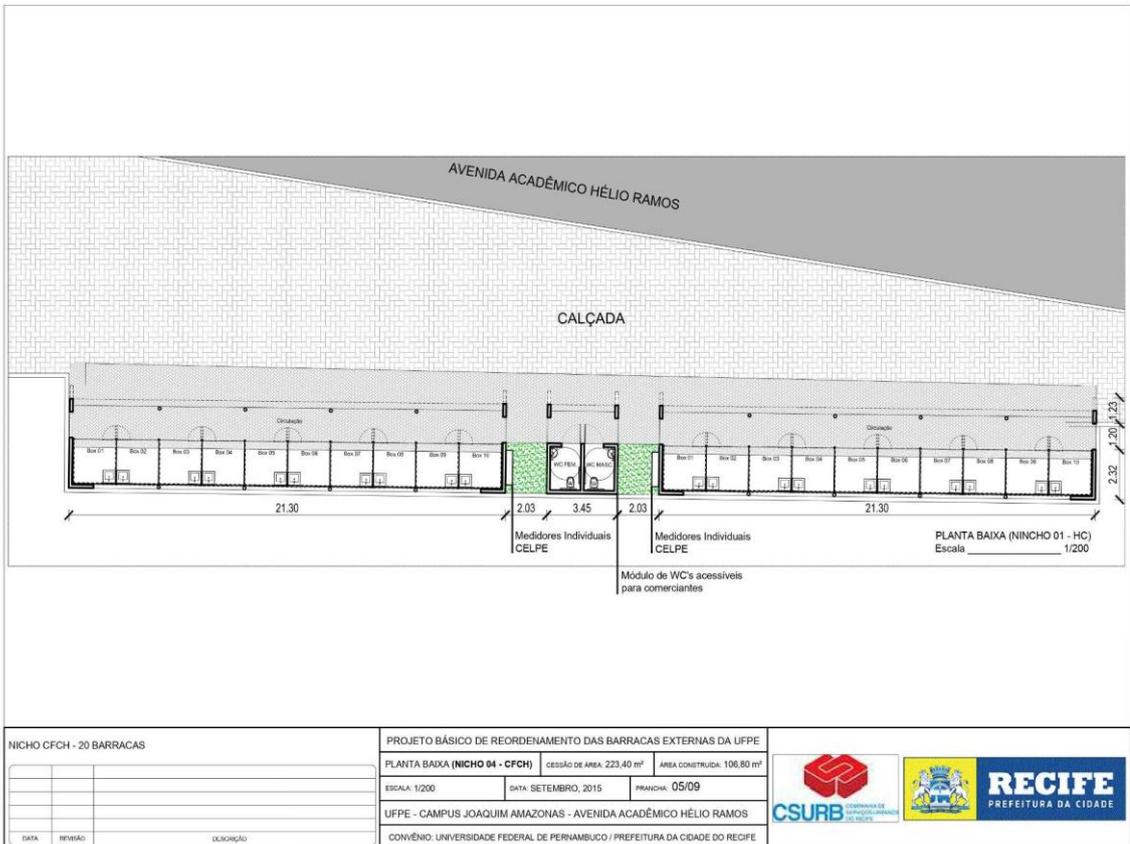
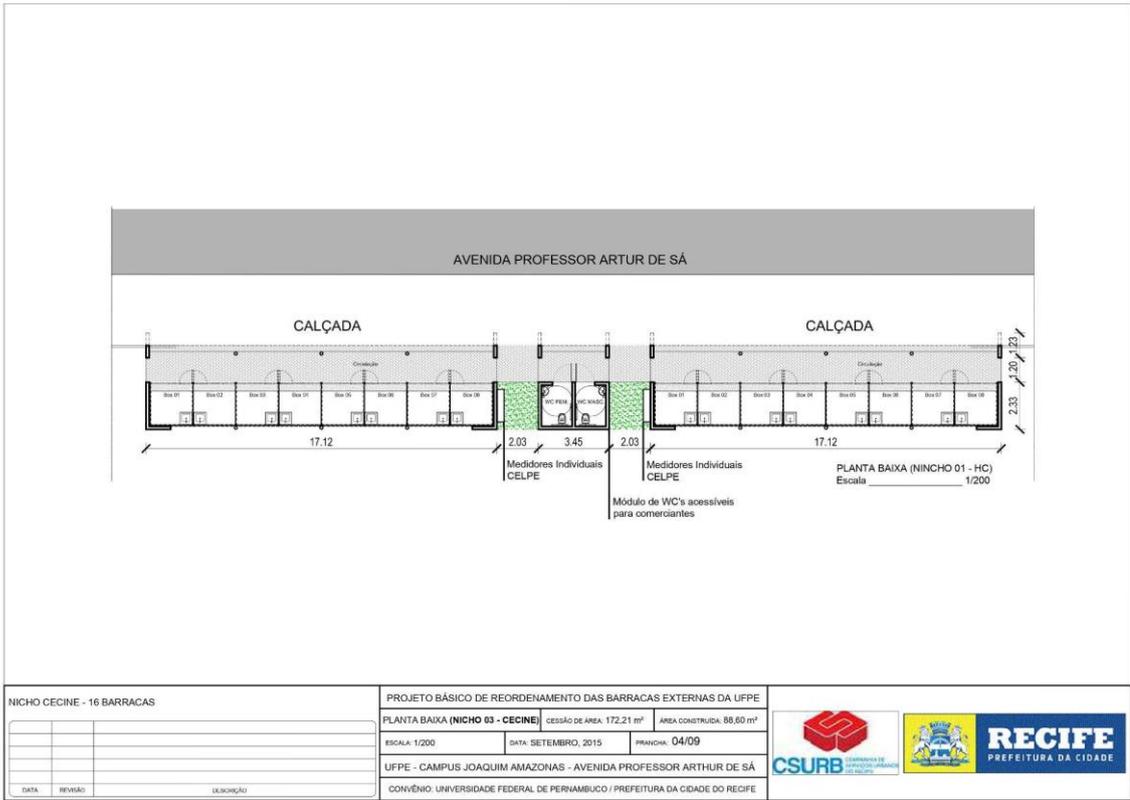
ESCALA: 1/10000 DATA: SETEMBRO, 2015 FRANCHA: 01/09

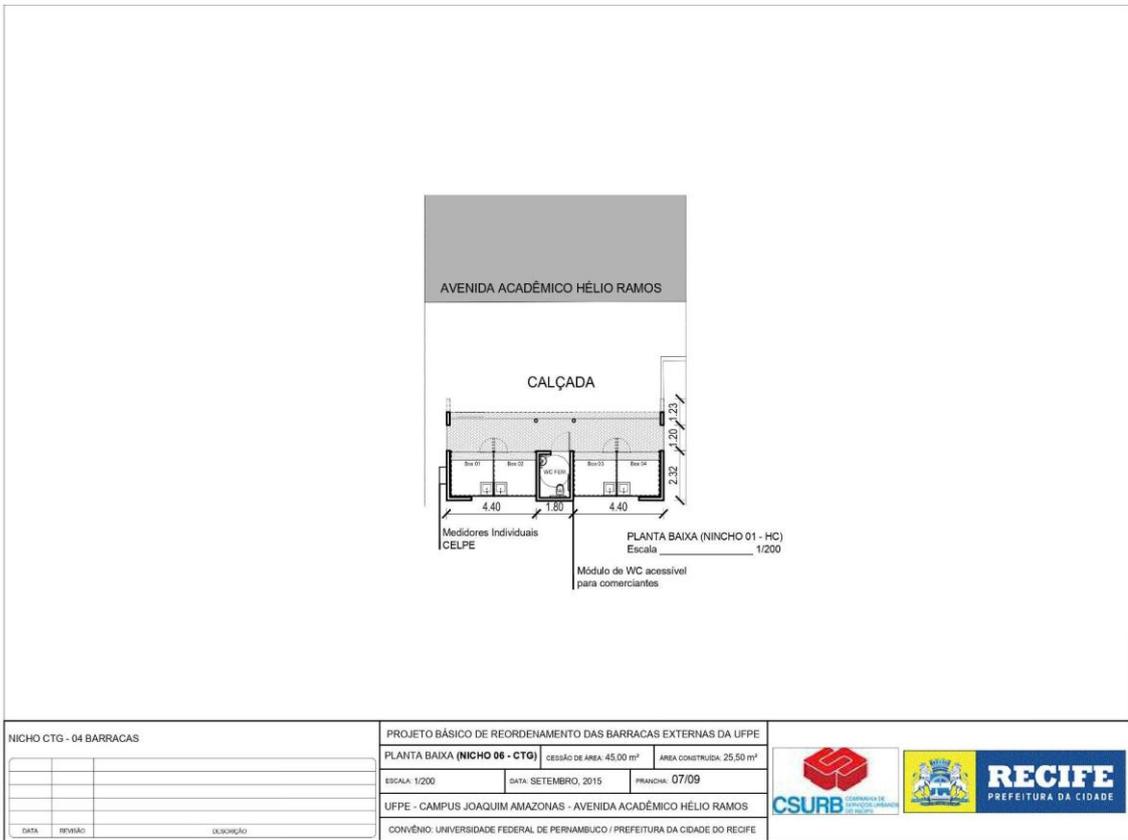
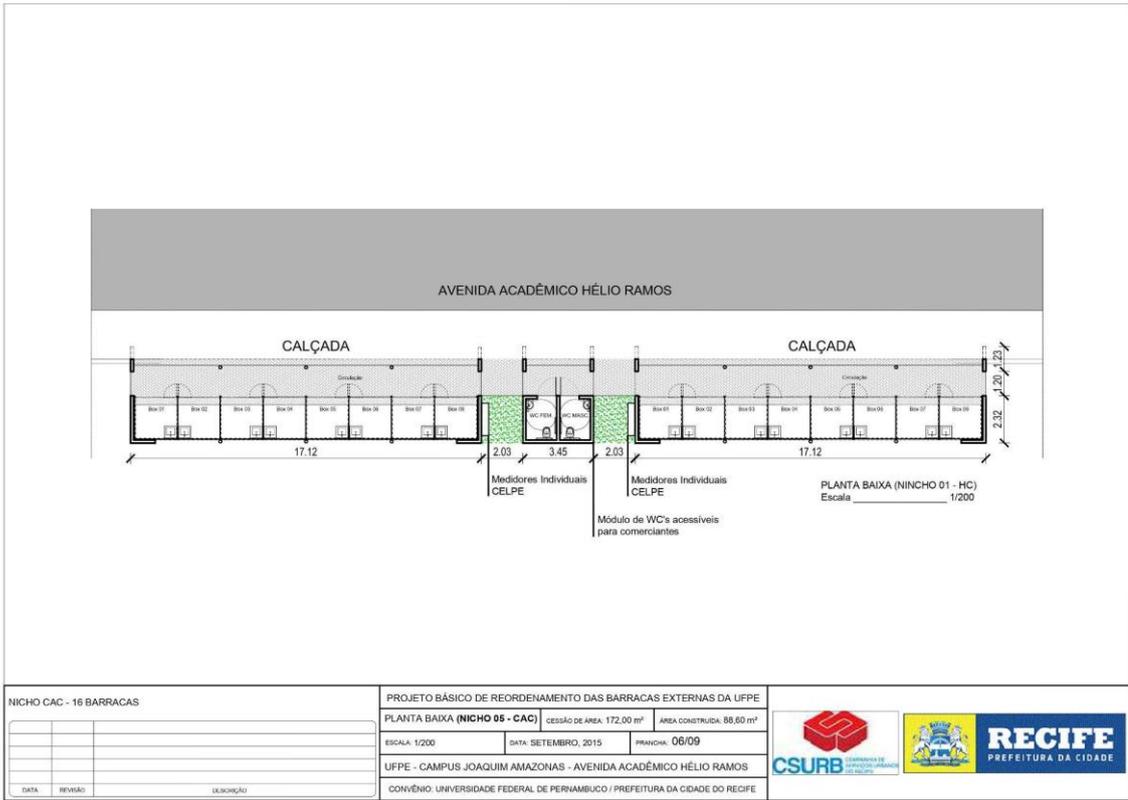
UFPE - CAMPUS JOAQUIM AMAZONAS - AVENIDA PROFESSOR ARTHUR DE SÁ

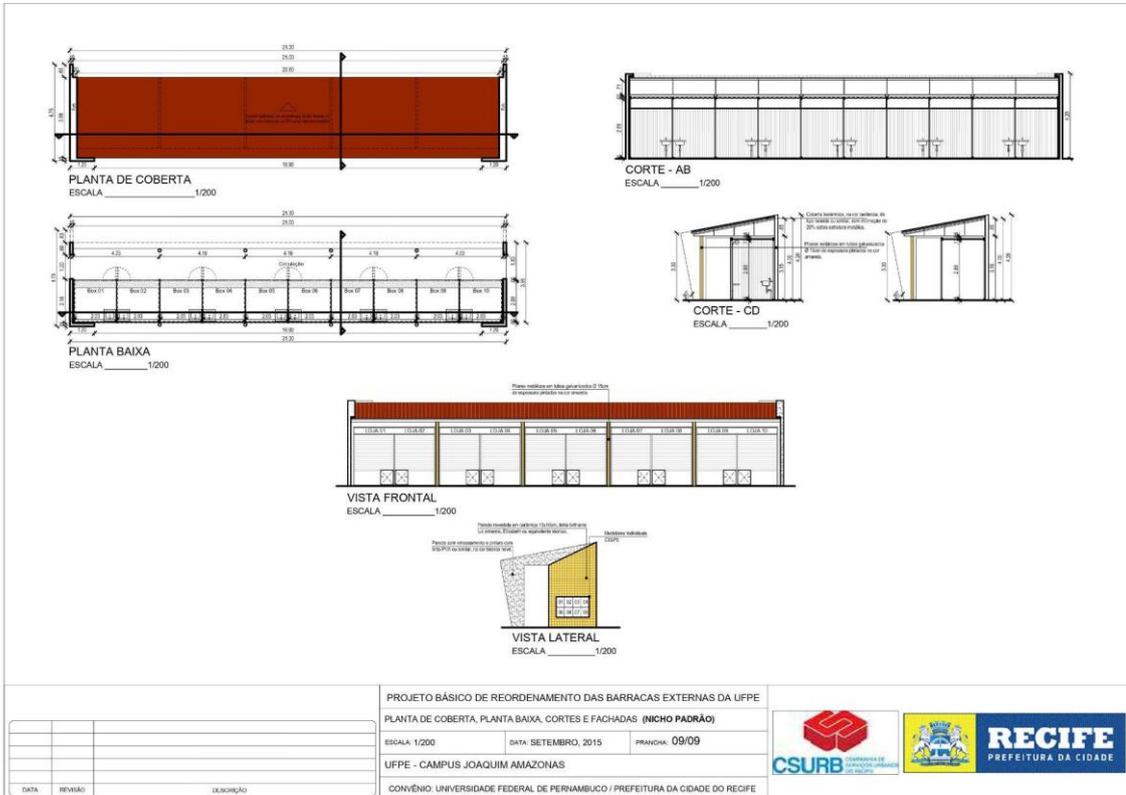
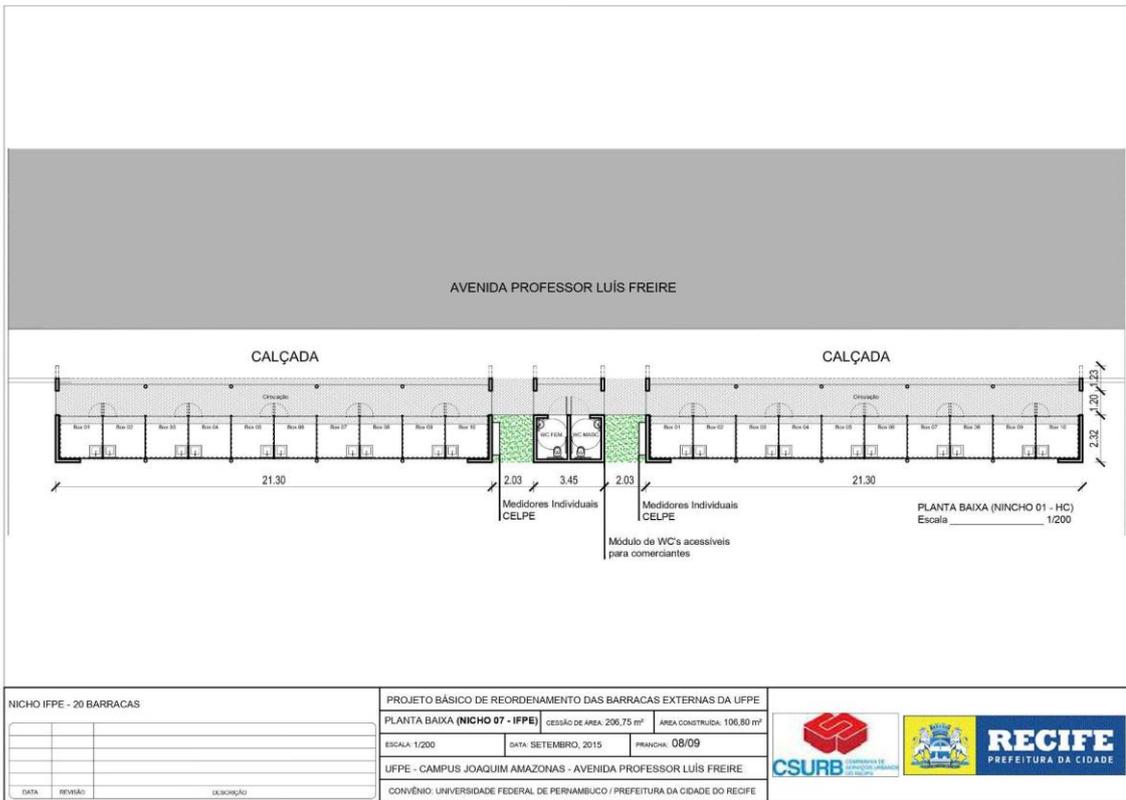
CONVÊNIO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO / PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE











**ANEXO B – TERMO DE CESSÃO NÃO ONEROSA DE USO DE IMÓVEL ENTRE A
UFPE E O MUNICÍPIO DO RECIFE**

Quadro discriminativo de setor/localização/número de quiosques/área da cessão

SETOR	LOCALIZAÇÃO DO SETOR	Nº DE QUIOSQUES	AREA DA CESSÃO
Hospital das Clínicas	Av. Professor Arthur de Sá	22/Ud	118,80 m ²
Fonoaudiologia	Av. Professor Arthur de Sá	20/Ud	106,80 m ²
CECINE	Av. Professor Arthur de Sá	16/Ud	88,60 m ²
CFCH	Rua Acadêmico Hélio Ramos	20/Ud	106,80 m ²
CAC	Rua Acadêmico Hélio Ramos	16/Ud	88,60 m ²
CTG	Rua Acadêmico Hélio Ramos	04/Ud	25,50 m ²
IFPE	Rua Prof. Luiz Freire	20/Ud	106,80 m ²

CLÁUSULA SEGUNDA: ENTREGA E FINALIDADE

O imóvel, composto de sete faixas de terrenos descritos e caracterizados no **ANEXO I** do presente **TERMO DE CESSÃO NÃO ONEROSA**, está sendo entregue, neste ato, ao **CESSIONÁRIO**, exclusivamente, para reordenar a ocupação, distribuição e uso do comércio informal existente no entorno do *Campus* da **CEDENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: USO COMERCIAL

O **CESSIONÁRIO** compromete-se a usar exclusivamente o bem ora cedido, de acordo com as finalidades específicas adiante: **ALIMENTÍCIAS, REPROGRAFIA, BANCA DE REVISTAS E LIVROS** para as quais o "**NINCHO COMERCIAL**" será construído nos termos do projeto elaborado pela **CEDENTE**, sendo de integral aceitação e conhecimento de todos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: ALTERAÇÃO DO USO PROPOSTO

Ficam desde já cientificadas as partes, que não se poderá dar destinação diversa daquela mencionada no caput desta cláusula, salvo se as partes estiverem de pleno e comum acordo sobre o novo uso proposto, devendo tudo ser formalizado por meio de termo aditivo, sob pena de extinção da presente cessão.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES

São obrigações e deveres das partes, **CEDENTE E CESSIONÁRIA**, que livremente pactuam e se comprometem a cumprir, para o fim previsto no presente instrumento de **TERMO DE CESSÃO**:

3.1- Compete à CEDENTE (UFPE):

- a) Demolir a mureta em alvenaria, bem como o gradil divisório, com afastamento de 2,50 m do atual limite divisório de acordo com a singularidade de cada nicho.

- b) Executar obra civil de reposição do muro (h=60cm) e gradil, nos moldes atuais, no novo alinhamento, de forma que permita a implantação dos nichos das barracas projetadas conforme projeto arquitetônico de demolição/construção a ser elaborado pela equipe técnica da Superintendência de Infraestrutura - SINFRA e aprovado por ambas as partes.
- c) Fiscalizar e informar, imediatamente, para a **SECON/PCR**, expressamente, toda e qualquer irregularidade identificada no perímetro do *Campus Joaquim Amazonas* - UFPE bem como, as operações comerciais desenvolvidas nos 118 quiosques implantados;

3.2- Compete ao CESSIONÁRIO (MUNICÍPIO DO RECIFE), por sua Secretaria de Política Urbana e Licenciamento:

- a) Viabilizar junto à Concessionária de energia elétrica - CELPE a instalação de redes de alimentação para todos os 118 quiosques a serem implantados no entorno do *Campus Joaquim Amazonas* - UFPE.
- b) Viabilizar junto à Concessionária de água e esgoto - COMPESA a instalação de redes de distribuição d'água para todos os 118 quiosques a serem implantados no entorno do *Campus Joaquim Amazonas* - UFPE.
- c) Viabilizar junto à Concessionária de água e esgoto - COMPESA a instalação de redes de coletoras de esgoto sanitário para todos os 118 quiosques a serem implantados no entorno do *Campus Joaquim Amazonas* - UFPE e, na impossibilidade, propor alternativas junto à Concessionária.
- d) Mediar junto a entidades financeiras e ou organismos da administração internas da Prefeitura do Recife, a restauração dos passeios no entorno do *Campus Joaquim Amazonas* - UFPE, em consonância com a NBR 9050 e suas atualizações.
- e) Promover a assinatura de um **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS**, com os ocupantes dos quiosques construídos.
- f) Renovar anualmente a licença precária de comercialização, bem como atualizar o cadastro dos comerciantes, as suas atividades e o termo de conduta.

CLÁUSULA QUINTA: BENFEITORIAS

As edificações e demais benfeitorias executadas em cumprimento ao presente termo de cessão, bem como as que forem incorporadas aos bens cedidos durante a vigência do presente instrumento, quer pelo **CESSIONÁRIO**, quer pelos comerciantes por este autorizados, incorporam-se ao imóvel e à propriedade da **CEDENTE**, não cabendo ao **CESSIONÁRIO**, e, ou aos autorizados por este instituídos, qualquer direito de indenização ou retenção.

CLÁUSULA SEXTA: FONTE DE RECURSOS

O terreno descrito destina-se à construção de **07(sete) NICHOS QUE TOTALIZAM 118 (cento e dezoito) BARRACAS PADRONIZADAS**, para **REORDENAMENTO DO COMÉRCIO INFORMAL EXTERNO NO CAMPUS JOAQUIM AMAZONAS**, a cargo e com recursos do **CESSIONÁRIO**.

CLÁUSULA SÉTIMA: PRAZO DE VIGÊNCIA

[Handwritten signature]

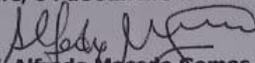
O presente **TERMO DE CESSÃO DE IMÓVEL NÃO ONEROSA** entra em vigor na data de sua assinatura pelas partes aqui mencionadas e tem a vigência de 20 (vinte) anos, podendo ser renovado, por igual período, se do interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Fica eleito o foro da **JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO** para dirimir quaisquer dúvidas, relacionadas com o presente **TERMO**, ou resultante de sua aplicação, interpretação e outros, renunciando a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E, por estarem justos e contratados, mandaram lavrar o presente instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, pelas 04 (quatro) testemunhas presenciais do ato, em **02 (duas) vias**, de igual teor, e para um só efeito.

Recife, 04 de Janeiro de 2021.


Prof. Alfredo Macedo Gomes
 Reitor da Universidade Federal de Pernambuco

João Henrique de Andrade Lima Campos
 Prefeito do Município do Recife

Leonardo Bacelar de Araújo
 Secretário de Política Urbana e Licenciamento

Testemunhas:


Carlos Henrique Lopes Falcão
 Superintendente de Infraestrutura - UFPE
 CPF / MF nº 658.787.874-15

Marta Eugênia Cavalcanti Lima
 Secretária Executiva de Controle Urbano- DIRCON /SEPUL
 CPF / MF nº 492.603.244-91

Victor Vagner Bezerra Pessoa
 Representante da Associação União dos Barraqueiros da UFPE
 CPF / MF nº 038.685.694-05

Gilvan Liberato da Silva
 Representante da Associação União dos Barraqueiros da UFPE
 CPF / MF nº 037.712.584-99

ANEXO C - CARTAS DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS BARRAQUEIROS DA UFPE

Recife, 16 de agosto de 2021.

A Associação União dos Barraqueiros da UFPE, vem, por meio deste documento, manifestar formalmente sua discordância as cláusulas primeira, segunda e sexta do "TERMO DE CESSÃO NÃO ONEROSA DE USO DE IMÓVEL" celebrado entre a Prefeitura da Cidade do Recife e a Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 04 de janeiro de 2021.

O presente documento é fruto de encaminhamento tirado em reunião realizada pela Associação União dos Barraqueiros da UFPE e representantes do Hospital das Clínicas e da UFPE no dia 11 de agosto de 2021, em que a representação da Universidade declarou que não foi informada pela Prefeitura da Cidade do Recife sobre a discordância da Associação em relação ao "TERMO DE CESSÃO NÃO ONEROSA DE USO DE IMÓVEL".

Preliminarmente é importante registrar que a Associação União dos Barraqueiros da UFPE, ao tomar conhecimento sobre o documento e seus termos no dia 25 de maio de 2021, através de contato feito pelo Sr. Paulo da Mata, informou ao mesmo que não assinaria o termo por existirem algumas discordâncias.

Isto posto, passamos a relatar os pontos do "Termo de Cessão Onerosa de Uso de Imóvel" que não possuem concordância por parte da Associação União dos Barraqueiros da UFPE:

1. Das discordâncias à cláusula primeira:

- a. **Quanto a metragem dos boxes constante no parágrafo único:** Como já foi apontado pela associação em diversas reuniões, não é viável o estabelecimento da mesma metragem (4,00m²) a todos os boxes. É necessário que se desenvolvam projetos específicos considerando as particularidades de cada setor.
- b. **Quanto a quantidade de estabelecimentos no entorno da UFPE:** De com levantamento feito pela Associação União dos Barraqueiros da UFPE existem 178 estabelecimentos no entorno do campus. Ficando, portanto, 60 estabelecimentos de fora dos projetos dos nichos.
- c. **Quanto ao quadro discriminativo de setor/localização/número de quiosques:** É necessária a inclusão de setor específico para os comerciantes do cemitério, que comercializam produtos específicos como flores, e que os nichos sejam reposicionados para mais próximo das entradas do campus ou que se garantam acessos ao campus próximo as barracas.

2. Das discordâncias à cláusula segunda:

- a. **Quanto as finalidades constantes no parágrafo primeiro:** As finalidades elencadas não incluem todas as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras do entorno do campus da UFPE, tendo em vista que existem

comerciantes que sobrevivem a muitos anos com a venda de flores, borracharia ou com a venda de roupas e acessórios.

3. Clausula sexta:

- a. **Quanto a quantidade de nichos:** Como foi dito anteriormente, a proposta em questão não contempla as trabalhadoras e os trabalhadores do setor do cemitério. É necessária a construção de no mínimo 8 e não 7 nichos.

Por fim, aproveitamos para negritar algumas lacunas que identificamos no "TERMO DE CESSÃO NÃO ONEROSA DE USO DE IMÓVEL" e que solicitamos elucidação por parte da Prefeitura da Cidade do Recife e da Universidade Federal de Pernambuco.

1. Para a construção de algum dos nichos previstos no projeto será necessária a remoção dos estabelecimentos antes da entrega das chaves? Como será garantido o direito ao trabalho aos comerciantes durante o período da obra?
2. Tendo em vista que só está prevista a construção de 118 unidades no entorno da UFPE enquanto na realidade existe 178 estabelecimentos, o que será feito com os 60 estabelecimentos que não estão incluídos no projeto? Estes 60 estabelecimentos poderão permanecer como estão?
3. Existe projeto para os trabalhadores e as trabalhadoras que não serão contemplados nos nichos?
4. Qual foi o critério utilizado para definição da quantidade de nichos e estabelecimentos que farão parte do projeto?
5. No caso dos trabalhadores e trabalhadoras que não se enquadram nas atividades elencadas no parágrafo segundo, caso não seja autorizada a inclusão de novas atividades, será garantida a possibilidade de migração de atividade para ser beneficiário/a de um box? Há previsão de curso de capacitação para os/as trabalhadores/as que tiverem que mudar de ramo de atividade para poderem se enquadrar no projeto?
6. Existe algum programa do Poder Público Municipal de direcionamento dos trabalhadores para vagas de emprego?

ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS BARRAQUEIROS UFPE

Recife, 16 de agosto de 2021.

A **Associação União dos Barraqueiros da UFPE**, vem, por meio deste documento, apresentar **lista de pendências identificadas para entrega dos 22 boxes do nicho Hospital das Clínicas e relocação dos/as respectivos/as comerciantes**.

O presente documento é fruto de encaminhamento tirado em reunião realizada pela Associação União dos Barraqueiros da UFPE e representantes do Hospital das Clínicas e da UFPE no dia 11 de agosto de 2021, em virtude da necessidade de relocação do comércio popular para que seja dado início as obras de construção da passarela que ligará o Hospital das Clínicas a Sudene.

- a. Resolução das infiltrações que já surgirão nas unidades;
- b. Colocação das caixas de água e cisternas;
- c. Instalação de janelas para garantir o fechamento das unidades;
- d. Reposicionamento da parada de embarque e desembarque do TFD para frente do nicho do Hospital das Clínicas;
- e. Abertura dos acessos do Hospital das Clínicas para as barracas;
- f. Formalização, por parte do Hospital das Clínicas/UFPE, de termo de compromisso de construção da praça de convivência próximo ao acesso para o nicho;
- g. Autorização por parte da Prefeitura do Recife para os barraqueiros instalarem (as próprias custas) equipamentos para proteger as unidades das chuvas (toldo) e de arrombamentos (grade), de maneira padronizada entre todas as unidades.

Após o cumprimento das pendências acima identificadas e entrega das chaves das unidades, a Associação União dos Barraqueiros da UFPE se compromete a efetivar a relocação dos trabalhadores e das trabalhadoras no prazo de 10 dias.

Por fim, solicitamos elucidações sobre as seguintes dúvidas:

1. Em caso de danos estruturais causados as unidades do nicho do Hospital das Clínicas em decorrência da construção da passarela, quem será o responsável pela reparação?
2. Em algum momento da obra de construção da passarela será necessária a suspensão das atividades comerciais no nicho do Hospital das Clínicas?
3. Caso a resposta do item anterior seja positiva, existirá alguma compensação aos trabalhadores pelo período que os mesmos ficarem impedidos de trabalhar?

Por fim, solicitamos que o cronograma e estágios da obra da passarela seja apresentado aos trabalhadores e trabalhadoras do nicho do Hospital das Clínicas.

UNIÃO DOS BARRAQUEIROS DA UFPE